LIGIA PERISSINOTO TAVARES MARTINS

Habitação nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía
dos Castelhanos, Ilhabela, SP.

São Paulo
2016

LIGIA PERISSINOTO TAVARES MARTINS

Habitação nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos
Castelhanos, Ilhabela, SP.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Habitat
Orientadora: Profa. Dra. Suzana Pasternak

São Paulo
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: LIGIAPERISSINOTO@GMAIL.COM

M379h Martins, Ligia Perissinoto Tavares
Habitação nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos Castelhanos, Ilhabela, SP. / Ligia Perissinoto Tavares Martins. -- São Paulo, 2016.
131 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) – FAUUSP.
Orientadora: Suzana Pasternak

1.Comunidades – Ilhabela (SP) 2.Caiçaras – Ilhabela (SP)
3.Habitação – Ilhabela (SP) 4.Casas de taipa – Ilhabela (SP)
5.Construções de taipa – Ilhabela (SP) 6.Planejamento territorial urbano 7.Taipa de mão I.Título

CDU 711.58(816.12)I25

Nome: MARTINS, Ligia Perissinoto Tavares

Habitação nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos Castelhanos, Ilhabela, SP.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos moradores das comunidades caiçaras de Ilhabela pela confiança depositada e pela amizade que construímos ao longo destes dez anos de convívio. Pelos inúmeros cafés oferecidos durante conversas nas quais aprendi muito a respeito da vida: aprendi sobre seu modo de vida, meu modo de vida, sobre formas de se relacionar com a natureza. Sem vocês este trabalho não teria acontecido. Espero que essa pesquisa possa servir às conquistas do dia a dia nas batalhas pelo lugar no qual habitam.

À Prof^a. Dr^a. Suzana Pasternak pela orientação, confiança e por apontar caminhos sempre que necessário. Às professoras Sueli Ângelo Furlan e Maria de Lourdes Zuquim por todas as importantes contribuições dadas na banca de qualificação, que me auxiliaram no encontro do rumo do trabalho.

Agradeço à Mariana Pirró por ter me apresentado às comunidades de Ilhabela e por ter me ensinado a olhá-las sempre com respeito, compartilhando minhas primeiras trilhas no universo da pesquisa. Pela amizade que construímos ao longo do tempo e por todas as parcerias profissionais.

Ao Alain Mantchev pela contribuição fundamental a este trabalho, por estar sempre presente e pelo profissionalismo e ânimo contagiante ao trabalhar em prol das construções em terra crua.

À equipe da Elementos da Natureza que esteve presente quando tornamos realidade o nosso sonho. O trabalho que realizamos junto com as comunidades de Ilhabela contribuíram muito para essa pesquisa. À Luisa Candançan pelo pouso oferecido nas minhas viagens a campo depois que mudei de Ilhabela. À Paula Noia por me encorajar a entrar no mestrado. À Clarissa Malinverni por compreender os momentos em que precisei priorizar o mestrado.

Poucas são as palavras capazes de expressar a gratidão à minha mãe, Jacy, que me ensinou a procurar beleza em tudo. Pois, então, a ela devolvo somente uma frase: o fruto falante agora escreve! Ao José, por vibrar junto. À Julia, por me inspirar sempre. Ao vô Alex, por todas as vezes que perguntou: *“what for?”*. E a todos os familiares e amigos que entenderam minhas ausências.

Agradeço ao Breno por todas as vezes que me ouviu e deu opiniões sobre a pesquisa, mas especialmente pelo amor, apoio constante, compreensão e por me lembrar de acreditar, frente a qualquer sinal de insegurança!

RESUMO

Nome: MARTINS, Ligia Perissinoto Tavares. **Habitação nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos Castelhanos, Ilhabela (SP)**. 2016. 131f Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

As comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela estiveram sempre inseridas no contexto das transformações regionais, que influenciaram seu modo de vida, fundado na interação com o ambiente costeiro. Atualmente a região do litoral norte paulista atravessa transformações relacionadas à intensificação das atividades turísticas e à realização de grandes obras de infraestrutura logística e de energia. A legislação ambiental e o ordenamento territorial incidentes no município de Ilhabela são fatores que somam a este contexto e impactam nas condições de moradia e de uso e ocupação do território caiçara. Essa dissertação visa analisar as condições de habitação nas comunidades caiçaras da Baía dos Castelhanos; registrar as tipologias habitacionais predominantes; os respectivos processos de construção e suas resultantes. São utilizados referenciais teóricos para conceituar as comunidades tradicionais caiçaras e seu território. É apresentado o conjunto de leis urbanísticas e ambientais que incidem sobre as áreas caiçaras. São abordadas as vilas caiçaras e a produção habitacional local. A partir da análise das condições de moradia são identificados alguns pontos relevantes a serem considerados em planejamentos territoriais e habitacionais, tais como: necessidade de aprimoramento das técnicas construtivas com utilização de recursos ambientalmente, economicamente e socialmente viáveis; de implementação de programas de saneamento ambiental com uso de tecnologias apropriadas; e de regularização fundiária nas comunidades, a fim de viabilizar seu acesso a programas habitacionais.

Palavras-chave: Ilhabela (SP), Litoral Paulista, Comunidades Tradicionais Caiçaras, Planejamento Territorial Urbano, Taipa de mão, Habitação.

ABSTRACT

Ilhabela's traditional caiçaras communities were always within the context of regional development that influence their way of life, which is based on interaction with the coastal environment. Currently the north coast of São Paulo State is going through transformations related to the intensification of tourist activities and the realization of works of logistics infrastructure and energy. Environmental legislation and land use planning that affects Ilhabela city are factors that add up to this context and that impact on living conditions and land use of caiçara's territories. This thesis aims to analyze the living conditions in the caiçaras communities of Baía dos Castelhanos; register the predominant housing typologies, the construction process and results. Theoretical framework is used for conceptualizing the traditional caiçaras communities and its territory. The set of urban planning and environmental laws that focus on the native population areas is presented. The caiçaras villages and housing production are addressed. As result of the analysis of housing conditions some points to be considered in territorial and housing planning are identified, as the need for improvement of building techniques with the use of environmentally, economically and socially viable resources, implementation of environmental sanitation programs with use of appropriate technologies and land regularization in the communities, in order to facilitate their access to housing programs.

Keywords: Ilhabela (SP), coast of São Paulo, Traditional Caiçara Communities, Urban and Territorial Planning, Wattle and Daub houses, Housing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Unidades de Conservação do Litoral Norte Paulista.

Figura 2: Localização das comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela.

Figura 3: Villa Bella da Princesa, com a Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso e a Casa de Câmara e Cadeia. Debret 1827.

Figura 4: Localização das comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos Castelhanos.

Figura 5: Praia Mansa

Figura 6: Praia Vermelha

Figura 7: Praia da Figueira

Figura 8: Sede do Yatch Club de Ilhabela no Saco do Sombrio.

Figura 9: Píer para embarcações turísticas e estiva com canoas caiçaras no Saco do Sombrio.

Figura 10: Mapa de uso do solo - Saco do Sombrio

Figura 11: Casas na Praia da Figueira.

Figura 12: Casas na Praia da Figueira.

Figura 13: Mapa de uso do solo – Praia da Figueira

Figura 14: Canoas e rancho de pesca na praia Vermelha.

Figura 15: Casa de farinha na Praia Vermelha.

Figura 16: Caminhos de servidão na Praia Vermelha.

Figura 17: Mapa de uso do solo – Praia Vermelha

Figura 18: Praia, rancho de pesca e canoas na Praia Mansa.

Figura 19: Rancho de pesca e canoas na Praia Mansa.

Figura 20: Mapa de uso do solo – Praia Mansa

Figura 21: Vegetação entre as casas, quintais e caminhos no Canto da Lagoa.

Figura 22: Uso da área da comunidade compartilhado por moradores e veículos motorizados no Canto da Lagoa.

Figura 23: Comércio de famílias caiçaras no Canto da Lagoa.

Figura 24: Mapa de uso do solo – Canto da Lagoa.

Figura 25: Casas de caiçaras na comunidade do Canto do Ribeirão.

Figura 26: Restaurante e canoas na praia do Canto do Ribeirão.

Figura 27: Mapa de uso do solo – Canto do Ribeirão.

Figura 28: Casa tradicional caiçara na Ilha da Vitória construída em taipa de mão com telhado de capim-sapé (*Imperata brasiliensis*).

Figura 29: Casa antiga na Praia Vermelha com assoalho de madeira e cobertura de

telhas de barro.

Figura 30: Casa do Sr. Francelíseo na Praia Mansa com fundações de pedra, piso elevado e telhas de barro (demolida), 2006.

Figura 31: Casa sobre estrutura de pedras no Canto da Lagoa, em 2007

Figura 32: A mesma casa reformada, em 2010.

Figura 33: Casa tradicional na Praia Mansa. Construída em taipa de mão e coberta com telhas cerâmicas (1).

Figura 34: Casa tradicional na Praia Mansa. Construída em taipa de mão e coberta com telhas cerâmicas (2).

Figura 35: Planta de casa na Praia Mansa, com proporcionalidade entre as áreas de serviços, social e íntima.

Figura 36: Planta de casa no Saco do Sombrio com área de serviço externa.

Figura 37: Tendá da casa da Dona Dita, na Ilha da Vitória. Utilizado para lavar louças pequenas e principalmente para secar louças. Conhecido em outras regiões do Brasil como jirau.

Figura 38: Área de serviço externa em casa na Praia Mansa.

Figura 39: Planta de casa na Praia Mansa com área de serviço externa.

Figura 40: Área de serviço externa em casa na comunidade do Canto do Ribeirão.

Figura 41: Técnica de pau a pique utilizada em habitações indígenas.

Figura 42: Estrutura de pau a pique em casa caiçara na Ilha da Vitória.

Figura 43: Estrutura de pau a pique em casa caiçara na Praia Mansa.

Figura 44: Estrutura de cobertura feita com ripas de palmeira Pati na Praia Mansa.

Figura 45: Troncos de Pati cortados para uso. Praia Mansa.

Figura 46: Telhas do período colonial com marcação de produção por escravos. Canto da Lagoa, 2014.

Figura 47: Ilustração de estudo arqueológico.

Figura 48: Mutirão na comunidade da Praia Mansa. Terra e areia são extraídas e misturadas. Acrescenta-se água e se amassa com os pés. Barreamento feito por moradores e vizinhos.

Figura 49: Casa no Canto da Lagoa em pau a pique aparente. 2012.

Figura 50: Mesma casa rebocada e com pintura de cal em 2015. A cobertura de telhas cerâmicas foi substituída por fibrocimento. A estrutura de palmeira Pati foi substituída.

Figuras 51: Casa na Praia Mansa com pau a pique aparente em 2010.

Figuras 52: Mesma casa rebocada e com pintura em 2015.

Figura 53: Casas na Praia Mansa com reboco de terra e areia (1).

Figura 54: Casas na Praia Mansa com reboco de terra e areia (2).

Figura 55: Casa no Canto da Lagoa sem estrutura adequada, com a parede de

taipa em contato direto com o solo e beirais pequenos (1).

Figura 56: Casa no Canto da Lagoa sem estrutura adequada, com a parede de taipa em contato direto com o solo e beirais pequenos (2).

Figura 57: Casas no Canto da Lagoa com telhas cerâmicas, acabamento nos pisos e aberturas amplas (1).

Figura 58: Casas no Canto da Lagoa com telhas cerâmicas, acabamento nos pisos e aberturas amplas (2).

Figura 59: Casa no Canto do Ribeirão com estrutura temporária de madeira na varanda, sem beiral na lateral.

Figura 60: Planta de casa em alvenaria na Praia da Figueira.

Figura 61: Planta de casa em alvenaria no Saco do Sombrio.

Figura 62: Casa de alvenaria construída pela Prefeitura Municipal de Ilhabela na Praia Mansa, em substituição à casa antiga, de taipa de mão.

Figura 63: Casa com cobertura em fibrocimento, paredes de pau a pique revestido e estrutura de madeira comprada na cidade. Praia Mansa.

Figura 64: Casa com cobertura em fibrocimento, parede de pau a pique aparente e estrutura de blocos de concreto, no Canto do Ribeirão.

Figura 65: Casas de uma família no Canto do Ribeirão: casa de taipa de mão, onde a família fica durante o dia e a casa de alvenaria, sem acabamento, onde passam as noites.

Figura 66: Sanitários na Praia Mansa construídos por meio de projeto de saneamento ambiental (1).

Figura 67: Sanitários na Praia Mansa construídos por projeto de saneamento ambiental (2).

Figura 68: Despejo de água servida em vala na mata.

Figura 69: Despejo de água servida no terreno ao lado da casa.

Figura 70: Mangueiras de abastecimento de água e tubulação de despejo de esgoto direto no terreno, Canto do Ribeirão.

Figura 71: Sistema de armazenamento e tratamento de água, Praia Mansa.

Figura 72: Abastecimento de água por mangueira de borracha, Canto do Ribeirão (1).

Figura 73: Abastecimento de água por mangueira de borracha, Canto do Ribeirão (2).

Figura 74: Casa de taipa de mão na Praia Mansa

Figura 75: Casa de taipa de mão no Canto do Ribeirão

Figura 76: Casas de alvenaria no Canto da Lagoa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População das comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela.

Tabela 2: Ambiente Normativo referente ao Ordenamento Territorial incidente no Município de Ilhabela.

Tabela 3: População das comunidades localizadas na Baía dos Castelhanos entre 2005 e 2014.

Tabela 4: Comunidades, população, número de domicílios e unidades pesquisadas, por localização em relação ao Parque Estadual de Ilhabela

Tabela 5: Comunidades, número de domicílios pesquisados, existência de sanitário e tipo de esgotamento sanitário, por localização em relação ao Parque Estadual de Ilhabela.

Tabela 6: Tipologia das habitações por comunidade na Baía dos Castelhanos.

Tabela 7: Existência de sanitários e tipo de esgotamento sanitário por tipologia.

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDDSA	Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela
PEIb	Parque Estadual de Ilhabela
PESM	Parque Estadual da Serra do Mar
PPMA	Projeto de Proteção da Mata Atlântica
SMA/SP	Secretaria do Meio Ambiente – Governo do Estado de São Paulo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte
ZIE	Zonas de Interesse Específico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
MATERIAIS E MÉTODOS	18
1 ILHABELA	19
1.1 Apresentação	19
1.2 Histórico de ocupação	23
1.3 Os territórios caiçaras.....	29
1.4 Ordenamento territorial.....	38
2 A BAÍA DOS CASTELHANOS.....	52
2.1 Apresentação	52
2.2 Vilas Caiçaras.....	56
2.2.1 Saco do Sombrio.....	60
2.2.2 Praia da Figueira	63
2.2.3 Praia Vermelha.....	66
2.2.4 Praia Mansa	69
2.2.5 Canto da Lagoa.....	72
2.2.6 Canto do Ribeirão	76
3 HABITAÇÃO NA BAÍA DOS CASTELHANOS	79
3.1 Arquitetura Vernacular	79
3.2 A morada tradicional caiçara	82
3.3 As novas moradas	100
3.4 Condições de saneamento básico	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127

INTRODUÇÃO

A questão habitacional tem relação com diversos temas e sua característica abrangente fica mais evidente quando se trata de habitação em áreas naturais protegidas, como no caso desse trabalho. Nesse contexto é importante levar em consideração questões relacionadas diretamente à conservação ambiental. Soma-se o fato das áreas estudadas serem comunidades tradicionais caiçaras, localizadas em ilha, trazendo a importância de tratar aspectos relativos à arquitetura vernacular, cultura tradicional, territorialidade, insularidade, entre outras. A fim de compreender a questão em toda sua complexidade é necessária uma análise holística a respeito, conforme apontou Rapoport (1972), ao propor uma estrutura conceitual que considerasse a grande variedade existente de tipos e formas de habitação espontânea e as forças que as afetam:

É um tema que corresponde a muitas disciplinas - arquitetura, geografia cultural, história, urbanismo, antropologia, etnografia, estudos culturais interdisciplinares e até mesmo ciências comportamentais. (Rapoport, 1972: 09, tradução nossa).

Importante também é o aspecto subjetivo do habitar, como lembrou Bachelard (1993: 25): “(...) se nos perguntassem qual o benefício mais precioso da casa, diríamos: a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz.” A ilheidade¹ das comunidades caiçaras de Ilhabela poderia trazer ainda novas dimensões ao significado da casa. Inúmeras variáveis modelam este pequeno universo que abriga o homem.

Durante a realização desta pesquisa surgiu nas comunidades estudadas o questionamento sobre qual dos tipos de moradia seria o melhor: “*casa de pau a*

¹ Segundo Diegues (1998: 39), o termo é um “*neologismo utilizado pelos pesquisadores franceses (îleité) para designar as representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores das sociedades insulares e lendas que explicam formas de conduta, comportamentos, etc.*”

pique ou de bloco?”. Essa dúvida, em algum momento, norteou o trabalho, no entanto, logo percebemos que a resposta aos anseios do habitar contemporâneo nas comunidades de Ilhabela não é única, e muito menos definitiva.

Assim, a presente pesquisa pretende lançar um olhar sobre alguns dos aspectos que estão inseridos nesse amplo contexto, procurando evidenciar quais são os processos por meio dos quais os caiçaras tradicionais de Ilhabela produzem sua habitação; como são as casas e as condições de moradia atuais; como são as vilas caiçaras, sua forma de ocupação e usos, quais são os aspectos que viabilizam ou não a habitação nestes locais. Espera-se que o cenário descortinado a partir desta perspectiva possa contribuir para a caracterização das condições de moradia nas comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela e subsidiar futuros diagnósticos, análises ou planejamentos. Mas, especialmente, que sirva como ponto de questionamento para novas pesquisas na área.

Ilhabela é um município arquipélago localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, a cerca de 210 km da capital do estado, na região da Serra do Mar. Inserido no bioma Mata Atlântica, tem 80,4% de seu território terrestre protegido pelo Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). O entorno marinho do arquipélago é protegido e ordenado pela Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APA Marinha LN).

As ilhas principais do município – Ilha de São Sebastião, Ilha da Vitória e Ilha dos Búzios abrigam quinze comunidades tradicionais caiçaras, cujo modo de vida é fundamentado num grande conhecimento dos ciclos da natureza e do território costeiro em que se localizam e do qual utilizam recursos terrestres e marinhos para o desenvolvimento das atividades cotidianas: pesca, construção de moradias, produção de farinha, artesanato, entre outros.

A expansão urbana, o crescimento demográfico do litoral paulista, a especulação imobiliária e o turismo sem planejamento colocam a cultura tradicional caiçara em contextos de pressão externa e de transformações, que se intensificam desde a década de 1960, quando o turismo de segunda residência foi iniciado na região, e que resultam em alterações no espaço habitado pelas

comunidades. Somam-se à essas pressões as restrições impostas ao modo de vida tradicional pela legislação ambiental.

Estes são fatores que impactam na produção habitacional e nas condições de infraestrutura e moradia das comunidades, uma vez que a cultura construtiva caiçara baseia-se no uso de recursos naturais trabalhados de acordo com o conhecimento local. A legislação incidente nas áreas de comunidades em Ilhabela indica que os melhoramentos das habitações e da ocupação caiçara devem valorizar o saber caiçara e seguir os padrões tradicionais de construção e de ordenamento territorial. Tais melhorias poderiam ser promovidas por meio de políticas públicas, pesquisas sobre tecnologias apropriadas e programas habitacionais, porém as diretrizes estão no nível do planejamento e ainda não colocadas em prática.

Para fins de pesquisa a respeito dos temas apresentados, foram selecionadas seis comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela, localizadas na Baía dos Castelhanos, porção leste da Ilha de São Sebastião, em sua face oceânica: Saco do Sombrio, Praia da Figueira, Praia Vermelha, Praia Mansa, Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão (as duas últimas localizadas na Praia dos Castelhanos), com total de 232 moradores caiçaras tradicionais. O acesso à baía pode ser realizado por mar ou pela Estrada Perequê-Castelhanos, que atravessa o Parque Estadual de Ilhabela e dá acesso direto às comunidades do Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão. As outras comunidades da Baía dos Castelhanos só podem ser acessadas por mar ou por trilhas.

A presente pesquisa visa registrar nestas comunidade as tipologias habitacionais predominantes, os respectivos processos de construção e as resultantes. Visa também analisar as condições atuais de habitação. Como resultado da pesquisa espera-se identificar pontos que devem ser considerados em planejamentos territoriais e habitacionais voltados para as comunidades tradicionais de Ilhabela.

A estrutura do trabalho compreende um capítulo sobre Ilhabela, no qual é apresentado inicialmente o perfil município e o contexto regional no qual está inserido. Apresenta-se o histórico de ocupação de Ilhabela a fim de compreender

a formação das comunidades caiçaras no território seu modo de vida. Em seguida, expõe-se as leis urbanísticas e ambientais de ordenamento territorial que incidem sobre as áreas caiçaras, a fim de compreender o conjunto de aspectos que influenciam no modo de vida e na produção habitacional atual.

O Capítulo 2 apresenta a Baía dos Castelhanos. São abordados os padrões de ocupação tradicional das vilas caiçaras. Em seguida, cada uma das seis comunidades da baía é apresentada, a fim de destacar as especificidades de cada comunidade, que se ajustam dentro da estrutura padrão da ocupação.

O Capítulo 3 analisa a produção habitacional nas comunidades estudadas: a casa tradicional da arquitetura vernacular caiçara, as alterações pelas quais vêm passando e as características das casas atuais. Assim, retrata os aspectos que compõem o conjunto das moradias registradas nessa pesquisa. Então as condições de saneamento básico são apresentadas e comparadas em relação às tipologias habitacionais e à localização em relação ao Parque Estadual de Ilhabela.

Por fim, nas considerações finais, são tecidas as relações entre os diferentes aspectos apresentados e são analisadas as condições de produção da habitação nas comunidades da Baía dos Castelhanos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o estudo sobre habitação nas comunidades do Saco do Sombrio, Praia da Figueira, Praia Vermelha, Praia Mansa, Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão, localizadas na Baía dos Castelhanos, arquipélago de Ilhabela, realizou-se inicialmente pesquisa bibliográfica sobre: (1) caracterização e conceituação das comunidades tradicionais caiçaras e de sua formação, seu modo de vida e seus períodos históricos atravessados; (2) arquitetura vernacular paulista, arquitetura caiçara e construção em terra; (3) legislação urbanística e ambiental, diagnósticos e planos de ordenamento territorial – a fim de caracterizar o planejamento territorial do Município de Ilhabela e a inserção das comunidades tradicionais no contexto do Parque Estadual de Ilhabela –; (4) condições de moradia e infraestrutura nas seis comunidades estudadas.

A coleta de dados primários foi feita em duas saídas de campo durante o desenvolvimento desta pesquisa – em janeiro de 2014 e maio de 2015. Registrou-se a tipologia das habitações por meio de observação direta em campo e de registro fotográfico. Assim, foram produzidos mapas atualizados das comunidades – com o número de moradias e cadastro de tipologias – sobre bases que haviam sido elaboradas pelo Projeto Bela Ilha entre 2006 e 2009.

Foram realizadas entrevistas semidirigidas com caiçaras tradicionais, selecionados por serem moradores de casas de taipa de mão e de alvenaria e conhecerem técnicas construtivas. Foram entrevistados a respeito de transporte de material para construção, preços, preferências dos moradores, razões para escolha dos materiais construtivos e madeiras utilizadas na construção. À época, a pesquisa acarretou em colaboração em diagnóstico para a Associação de Moradores e Pescadores da Baía de Castelhanos (AMOR Castelhanos), durante o qual atualizou-se o número de moradores das seis comunidades, adotado neste estudo, por meio de questionário aplicado porta a porta.

Para análise das condições de habitação, foram considerados a existência de sanitários nas residências, o esgotamento sanitário e o abastecimento de água. Realizou-se comparação desses critérios considerando as duas tipologias predominantes (taipa de mão e alvenaria) e a localização da moradia em relação ao Parque Estadual de Ilhabela.

1 ILHABELA

1.1 Apresentação

O Município de Ilhabela está localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, a cerca de 210 km da cidade de São Paulo. É um arquipélago formado pela Ilha de São Sebastião, maior ilha (33.593 ha) e sede municipal, pelas Ilhas dos Búzios, da Vitória, dos Pescadores – habitadas –, pelas Ilhas Sumítica, das Cabras, da Serraria, das Galhetas e pelos Ilhotes do Codó, do Castelhanos, da Lagoa, e Lajes da Garoupa e do Carvão. O acesso ao município é realizado exclusivamente por mar, e o único transporte de veículos se dá via travessia por balsas que operam entre São Sebastião e Ilhabela em viagem de 1,5 km com duração de cerca de 20 minutos. O desembarque da balsa dá acesso ao principal eixo do sistema viário de Ilhabela, a Rodovia SP 131 (Estrada Norte-Sul).

Com população de 28.196 habitantes (IBGE, 2010), Ilhabela apresentou na década de 2000 a 2010 o 3º maior crescimento do litoral paulista, com Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) de 3,12% a.a., atrás dos municípios de Bertioga (4,42%) e Praia Grande (3,17%). Os outros três municípios que estão no litoral norte paulista - Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba, também apresentaram altas taxas de crescimento no período, respectivamente 2,49%, 2,48% e 1,72% (Pólis, 2013). Para o mesmo período, o crescimento no Estado de São Paulo foi de 1,17% a.a. O crescimento populacional do litoral norte é impulsionado pelo investimento em grandes obras de infraestrutura e energia na região: projeto de ampliação do Porto de São Sebastião, ampliação do terminal privativo marítimo da Petrobrás (Terminal Almirante Barroso -TEBAR), duplicação da Rodovia Tamoios (SP-99), construção da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté, da nova estrada de contorno Caraguatatuba - São Sebastião e instalação das plataformas marítimas do Campo de Mexilhão, aumentando a demanda por infraestrutura urbana e serviços públicos.

Junto a outros 38 municípios da região do Vale do Paraíba, Ilhabela integra a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Lei Complementar 1166/2012). A região, sobretudo o município de Ilhabela, são destinos turísticos,

podendo receber uma população flutuante de 50% da população residente durante feriados e férias. Essa característica influencia diretamente a quantidade de domicílios de uso ocasional que, segundo dados do Censo 2010, representam 28% dos domicílios recenseados no município². Mesmo com a alta taxa de domicílios de uso ocasional, o crescimento foi maior entre os domicílios de uso permanente, cujo número aumentou de 9.806 domicílios em 2000 para 14.640 domicílios em 2010. Esta variação seguiu a tendência da maior parte dos municípios do litoral paulista, que tiveram um crescimento mais intenso dos domicílios ocupados, indicando fixação crescente de moradores (Pólis, 2013).

Ilhabela está no bioma Mata Atlântica e tem 80,4% (27.025ha) de seu território terrestre protegido pelo Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), Unidade de Conservação de Proteção Integral (Decreto 9.414/77) que compõe o conjunto das Unidades de Conservação do Litoral Norte Paulista, juntamente à Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APA Marinha LN), Unidade de Conservação de Uso Sustentável que protege e ordena seu entorno marinho (Decreto 53.525/2008) e ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM- 10.251/77), todos sob administração da Fundação Florestal – Secretaria do Meio Ambiente – SP.

² “Domicílio de uso ocasional” é o domicílio particular permanente que, na data de referência, servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de finais de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

Fonte: SMA/SP e IBGE

Figura 1. Unidades de Conservação do Litoral Norte Paulista.

A área urbanizável do município está restrita aos 20% do território que está fora dos limites do PEIb. O crescimento populacional, a especulação imobiliária e as atividades turísticas se refletem na pressão por expansão urbana e confrontam os limites das áreas naturais protegidas do arquipélago e as áreas onde estão localizadas algumas das comunidades tradicionais caiçaras que o habitam. O Município de Ilhabela possui 907 habitantes caiçaras tradicionais, distribuídos nas 15 comunidades existentes do arquipélago. Dessas comunidades, 6 se encontram no interior do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) e 9 se localizam no entorno da unidade de conservação, somando 291 moradores nas comunidades interiorizadas ao parque e 616 no entorno da UC, localizados em sua Zona de Amortecimento.

Os caiçaras tradicionais de Ilhabela estão inseridos no contexto regional de expansão de grandes obras de infraestrutura e energia, atividades turísticas e movimentos ambientalistas, que será apresentado nos próximos itens a fim de discutir, em seguida, como vêm produzindo seu habitat na escala da vila e da moradia.

Fonte: adaptado de SMA/SP

Figura 2: Localização das comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela.

Tabela 1. População das comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela.

Localização	Comunidade	No. habitantes
ILHA DA VITÓRIA	ILHA DA VITÓRIA ¹	47
ILHA DOS BÚZIOS	GUANXUMAS DOS BÚZIOS ²	73
	PORTO DO MEIO ²	96
	PITANGUEIRAS ²	13
ILHA DE SÃO SEBASTIÃO	FOME ¹	33
	SERRARIA ²	70
	GUANXUMA ²	26
	FIGUEIRA ³	30
	SOMBRIO ³	32
	VERMELHA ³	25
	MANSA ³	40
	LAGOA ³	72
	RIBEIRÃO ³	33
	BONETE ⁴	311
	ENCHOVAS ⁴	6
TOTAL		907

Fonte: 1 - Pirró, 2010; 2 - Pirró, 2008; 3 - Atualizado pela pesquisadora, 2014; 4 - Nogara, 2005.

1.2 Histórico de ocupação

A região do litoral paulista foi povoada por índios Tupi, ao norte pelos Tupinambás (ou Tamoios) e ao sul pelos Tupiniquins, grupos inimigos. De acordo com Bendazzoli (2014), poucos estudos sistemáticos foram realizados a respeito dos grupos Tupi que ocuparam o Litoral Norte do Estado de São Paulo, destacando-se, dentre eles, a importância dos registros deixados por Hans Staden, que ficou prisioneiro dos tupis durante nove meses. Segundo Staden, a região que determinava o limite entre os domínios Tupiniquim e Tupinambá estava onde hoje se situam os municípios de São Sebastião e Caraguatatuba, e a ilha de São Sebastião era por eles denominada Maembipe. O significado do termo – “local de troca de mercadoria e resgate de prisioneiros” (BENDAZZOLI, 2014) – indica que fosse território neutro, sendo o local onde aconteciam trocas de prisioneiros, escambos, enterros e cerimônias (PIRRÓ, 2004).

Estudos sobre a primeira forma de ocupação humana ocorrida no arquipélago de Ilhabela revelaram que o local foi habitado antes da chegada dos colonizadores, contrariando a versão difundida durante a ocupação portuguesa, que considerava Ilhabela terra desabitada, “sem dono”, versão que facilitava a ocupação local (BENDAZZOLI, 2014). Existem no arquipélago vestígios de ocupação pré-colonial, registradas a partir de 2007 – por meio do Projeto de Gestão e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico de Ilhabela (GEDAI) –, quando investigações sistemáticas a respeito da ocupação sambaquieira³ do arquipélago de Ilhabela passaram a ser coordenadas pela arqueóloga Cintia Bendazzoli. O estudo também identificou cerâmicas que indicam a presença de população indígena ceramista nas fases pré-colonial e de contato (BENDAZZOLI, 2014).

³ De acordo com Bendazzoli: “Uma vez que o entendimento da definição de sambaqui – estabelecida pouco tempo antes [de estudos realizados no sul fluminense entre 1965 e 1970] – pudesse sofrer variações, como ocorre até os dias atuais, era consenso entre os estudiosos que, para se caracterizar um depósito conchífero de origem antrópica deveria, necessariamente, existir um acúmulo de conchas num mesmo local formando montes convexos onde predominava a presença de moluscos tidos, até então, como base alimentar dessas populações” (BELTRÃO; KNEIP; 1967 *apud* BENDAZZOLI, 2014: 82)

Ao todo foram identificados 62 sítios arqueológicos no arquipélago de Ilhabela.⁴

Na face leste da Ilha de São Sebastião, onde se localiza a Baía dos Castelhanos, há vestígios de ocupação pré-colonial e colonial, sendo que a dificuldade de acesso contribuiu para a melhor preservação dos sítios em relação aos localizados na face do Canal de São Sebastião. Existem ali remanescentes de ocupação colonial (caminhos, ruínas e quilombos), além de tocas e abrigos com vestígios de ocupação indígena sobrepostos pela presença de artefatos da época escravista, quando as tocas eram usadas como esconderijo (BENDAZZOLI, 2014).

Na face oeste, hoje urbanizada, os sítios indígenas foram destruídos na proporção do avanço de cultivos e propriedades relacionados à produção de açúcar, café e aguardente. Foram também possivelmente destruídos para utilização de conchas dos sambaquis nas construções de fazendas e engenhos. Os dois únicos remanescentes de aldeamentos ceramistas indígenas já localizados em Ilhabela também estão quase completamente destruídos, são eles: Sítio Viana, no bairro do Viana, e Sítio Barra Velha 3, no bairro da Barra Velha (BENDAZZOLI, 2014).

A resistência dos tupis à ocupação do colonizador durou até a segunda metade do século XVI. A chegada dos colonizadores alterou radicalmente a forma como os povos indígenas viviam, uma vez que deixaram de se organizar livremente e passaram a viver em aldeamentos criados pelos Jesuítas com a finalidade de facilitar a catequese. Os indígenas deixaram em fuga, então, o litoral rumo ao alto Tiete e Alto Paraíba, e as regiões desocupadas deram lugar ao estabelecimento de colonos e à criação de vilas litorâneas, dentre elas a Vila de São Sebastião, em 1636, que incluía também a porção insular, atualmente Ilhabela.

À medida que aumentavam nessas vilas as construções coloniais, aumentava a demanda dos colonos por mão de obra escrava. Como já haviam

⁴ Segundo Bendazzoli, “a localização desses sítios e o estudo de seus achados indicam que Ilhabela passou por diferentes cenários de ocupação, a saber: o **sambaquieiro**, até então representado pela localização de 17 sambaquis e também do polidor fixo, o **ceramista** representado pela estação lítica, um sítio rupestre e dois sítios em abrigo (e aqui também representados pelas coleções dos sítios já escavados) Viana e Barra Velha 3 e, por fim, o **colonial**, que é marcado pela presença de 40 sítios históricos.”. (BENDAZZOLI, 2014: 114, grifo do autor)

dizimado ou expulsado quase todos os indígenas da região, iniciaram o deslocamento de índios de outras localidades, como os de São Miguel, Itapecerica e Nossa Senhora da Ajuda, o que resultou numa grande miscigenação de povos indígenas que não conheciam bem a região e na troca de aspectos culturais entre eles. Mais tarde, com a entrada de escravos africanos e a dificuldade de obtenção de escravos indígenas, a presença indígena foi praticamente extinta e esquecida, hoje pouco citada e lembrada pelos caiçaras (BENDAZZOLI, 2014). Contudo, como será apresentado adiante, as técnicas caiçaras de construção guardam forte influência da cultura construtiva indígena, assim como diversos outros aspectos do modo de vida local.

Em 20 de janeiro de 1502, Américo Vespúcio encontrou a Ilha de São Sebastião, assim batizada em homenagem ao santo referendado nessa data. O início exato da ocupação da ilha por colonos não é conhecido, mas sabe-se que a ocupação oficial ocorreu no século XVII, com a primeira sesmaria concedida na região em 1608 a Diogo de Unhate e João de Abreu. A sesmaria englobava a ilha de São Sebastião e a parte continental em frente a ela, chamada em alguns documentos de São Sebastião da Terra Firme (BENDAZZOLI, 2014). O primeiro engenho de açúcar de Ilhabela – de propriedade da família de Francisco Ortiz (PIRRÓ, 2004) – data desse mesmo ano, a partir de quando a ilha passou a ser utilizada para cultivo de cana de açúcar.

No final do século XVIII, foi construída a Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso, ao redor da qual se constituiu o primeiro núcleo de povoação da ilha de São Sebastião, sujeito às autoridades de São Sebastião (no continente). No início do século XIX, a ilha já possuía mais de 3 mil habitantes e, em 1805, o núcleo de povoação foi elevado à categoria de vila, batizada de Villa Bella da Princesa. Nesse mesmo ano, foi construída a Casa de Câmara e Cadeia e, em 1809, a vila tornou-se independente de São Sebastião, administrativa e religiosamente (BENDAZZOLI, 2014). Mais tarde seu nome seria alterado para Formosa, em 1940, e para Ilhabela, em 1944, como permanece até hoje.

Fonte: Bendazzoli, 2014

Figura 3: Villa Bella da Princesa, com a Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso, Casa de Câmara e Cadeia e o pelourinho. Debret 1827.

A economia local cresceu em torno dos engenhos de cana de açúcar com utilização de mão de obra escrava. Além das plantações de cana, existiam plantações de subsistência – milho, feijão e mandioca – e pesca, que complementavam a alimentação. A praia da Armação foi local de extração de óleo de baleia para exportação. A ocupação da ilha se deu inicialmente nas planícies costeiras localizadas na face oeste, voltada ao canal de São Sebastião, com algumas plantações nos morros menos íngremes, conforme relatou França (1951: 83): *“não há, nos 7,3km² dos aluviões planos da Ilha de São Sebastião, espaço algum que não tenha sido modificado pelo homem”*, e não havia então extensão plana superior a um hectare que não apresentasse uma habitação e árvores frutíferas plantadas ao redor da casa (FRANÇA, 1951).

Após um rápido período de prosperidade, a produção e o comércio açucareiro da região decaíram e os antigos engenhos de açúcar fecharam. As plantações de cana de açúcar foram então substituídas por plantações de café, cultivo que havia sido introduzido na segunda metade do século XVIII. No entanto, foi na metade do século XIX que a região vivenciou uma importante expansão devido à presença dos portos de Ubatuba e São Sebastião, que embarcavam o produto rumo ao Rio de Janeiro, a partir de onde era exportado (NOFFS, 2007). A proibição do comércio escravocrata, em 1808, também contribuiu para impulsionar a atividade, uma vez que os portos negreiros clandestinos ganharam

importância. Funcionou na Baía dos Castelhanos um desses portos, localizado no Saco do Sombrio. Escravos desembarcavam doentes pela longa viagem oceânica e, julgados incapazes de subir a serra, sua compra era facilitada aos fazendeiros da região, impulsionando a produção cafeeira que, no ano de 1854, atingiu seu auge, contando então com 225 fazendas, fator que possivelmente possibilitou a formação de quilombos em Villa Bella (FRANÇA, 1951).

O declínio da cafeicultura deu-se em parte por conta do solo de baixa fertilidade e das encostas muito íngremes, mas se deveu principalmente à construção da Estrada de Ferro Central do Brasil, que permitiu o escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba até o Rio de Janeiro e Santos, fazendo com que o Porto de São Sebastião e as estradas que ligavam o planalto ao litoral norte deixassem de ser utilizadas para esse fim. A baixa do comércio de café levou as embarcações que faziam o transporte desde o litoral norte até o Rio de Janeiro a deixarem a região, prejudicando ainda mais a economia local. A situação culminou com a abolição, quando uma crise de mão de obra prejudicou as fazendas da região, até então sustentadas pelo contrabando nos portos negreiros. As atividades econômicas então passaram a se restringir à produção familiar ou ao consumo interno.

Houve no período uma retomada do cultivo de cana, dessa vez para a produção de aguardente e em escala menor do que a produção anterior. Os antigos engenhos de açúcar movidos a tração animal foram substituídos por engenhos de roda d'água para produção de aguardente. Ilhabela chegou a ter 36 engenhos de aguardente na metade do século XX, responsáveis em grande parte pela economia local entre 1880 e 1920 (NOFFS, 2007). Na face oceânica do arquipélago, onde estão localizadas as comunidades tradicionais, também existiram engenhos de aguardente, sendo um localizado na Praia do Bonete e dois na Baía dos Castelhanos: o Engenho Velho e o Engenho de Leonardo Reale, que produziu até 1960. A cachaça produzida nos engenhos e o excedente da produção de subsistência local eram levados em canoas de voga a Santos e lá vendidos. De acordo com França,

até 1930, a Ilha dispôs de uma frota própria de canoas de voga, feitas de um único tronco, cujo número chegou a atingir 30 no fim do século passado (90) e 38 em 1920, pelas informações locais que recolhemos. (França, 1951: 138).

Na década de 1920, os japoneses introduziram em Ilhabela os primeiros cercos flutuantes⁵ do Brasil que, junto com a técnica de salga do peixe e, posteriormente, na década de 1930, o uso do barco a motor, alteraram significativamente a pesca local. Os barcos a motor, *“romperiam definitivamente com o isolamento e determinariam o desaparecimento rápido da canoa de voga”* (França, 1951: 142). Os japoneses produziam em bases capitalistas, empregavam homens caiçaras na pesca e mulheres nas fábricas em São Sebastião (NOFFS, 2007). Os caiçaras, já inseridos no sistema de trabalho livre, tiveram então sua economia pautada no trabalho nos engenhos de aguardente, associado ao trabalho na pesca com os japoneses, nos bananais e nas roças e pesca familiares. Foi no período entre 1900 e 1950 que a cultura caiçara se fortaleceu, época em que as comunidades se mantiveram mais isoladas e voltaram-se para a economia familiar.

A produção de cachaça foi encerrada em 1960 e a agricultura e a pesca se tornaram os únicos meios de sobrevivência da população da região (FRANÇA, 1951). Na Baía dos Castelhanos, os bananais foram a atividade agrícola mais importante até década de 1960, época em que praticamente todas as famílias tinham suas roças para o alimento do dia a dia, plantavam mandioca e faziam farinha. Os bananais da costa oceânica de Ilhabela dependiam de barcos a motor para comercializar com o mercado de Santos e, em menor escala, com o do Rio de Janeiro e foram abandonados por volta de 1962, após a abertura da estrada de terra ligando São Sebastião a Santos e a consequente saída dos barcos que faziam esse trajeto. Mais tarde, os japoneses deixaram a região, porém a pesca de cerco está presente até os dias de hoje, constituindo a principal atividade econômica nas comunidades tradicionais. Nessa época chegaram os primeiros turistas com intenção de adquirir propriedades na ilha, impulsionados pela facilidade de acesso ao litoral norte paulista, que foi proporcionada por projetos de infraestrutura logística no local, como a pavimentação da Rodovia dos Tamoios (1957) e da Rodovia Rio-Santos e a inauguração do Porto de São Sebastião (1955) e da balsa (1958).

⁵ Cercos flutuantes: redes de pesca fixas e flutuantes armadas com varas de taquaruçu.

A partir de então iniciou-se o processo de urbanização do Litoral Norte e o deslocamento de caiçaras das praias que antes habitavam:

Após a abertura das estradas de acesso ao litoral norte do Estado de São Paulo, na segunda metade do século XX, as transformações sócio-econômicas, que até então ocorriam lentamente, passaram a ocorrer de modo acelerado, com a chegada do turismo e da urbanização do litoral. A paisagem rural foi se transformando numa paisagem urbana e o caiçara foi sendo expulso para as cidades (Vitae Civilis, 1995; LUCHIARI, s.d.). (ADAMS, 2000: 05)

Ilhabela, que até então era formada por núcleos caiçaras isolados, passou a receber o início de sua malha viária. A ocupação urbana foi intensificada na década de 1960, com o início do veranismo, que impulsionou a ocupação do território municipal. Nas décadas de 1970 e 1980 foram iniciados esforços de ordenamento territorial no município, conforme será apresentado no item 1.4.

1.3 Os territórios caiçaras

Os períodos que a região atravessou têm relação direta com a formação dos territórios caiçaras no arquipélago de Ilhabela. De acordo com Adams (2000: 02), *“a formação das comunidades caiçaras só pode ser entendida no contexto da ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos pela região sul/sudeste”*. Durante o período colonial, as baixadas foram as áreas mais ocupadas devido a suas características, que favoreciam a agricultura e facilitavam a exportação de produtos, propiciando a formação de grandes e médios núcleos de povoamento, ao redor dos quais núcleos menores se estabeleciam e para os quais enviavam parte de sua produção. Em determinados períodos, os pequenos núcleos tinham pouca ou nenhuma comunicação com o exterior devido à dificuldade de acesso por terra e sobreviviam da agricultura de subsistência, que servia também ao abastecimento de grandes engenhos (ADAMS, 2000; BENDAZZOLI, 2014).

Nesses núcleos, a miscigenação entre portugueses, indígenas e, posteriormente, negros levou à formação de comunidades caiçaras, localizadas no Brasil desde o litoral sul do Estado do Rio de Janeiro ao litoral do Paraná. O termo caiçara é de origem Tupi-Guarani e remete a relação com a pesca, que caracteriza os caiçaras:

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara (Sampaio, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1992). Posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (DIEGUES, 1988). (ADAMS, 2000: 01)

A definição das comunidades caiçaras é objeto de diversos estudos, que ora classificam os caiçaras como parte da cultura caipira, ora como possuidor de identidade própria, conforme discutiu Adams:

Silva (1993: 13) concorda que a cultura caiçara faz parte da cultura caipira, não simplesmente por se constituir numa variação paralela desta, mas "sim, por fazer parte de inúmeros conjuntos... e, sobretudo, se fundamentar num modo de vida que acreditamos ser específico". Pierson & Teixeira (1947) e Noffs (1988) também consideram o caiçara uma expressão regional do caipira do interior. Outros autores, porém, discordam e acreditam que caiçaras e caipiras possuem identidade própria, com um tipo de vida e uma cultura que lhe são característicos (Luchiari, s.d.). Setti (1985) observou que o habitante de Ubatuba percebe-se como caiçara na medida em que admite ser assim designado, mas não se auto-define como tal.⁶ (ADAMS, 2000: 02)

Furlan (2004), apontou a dificuldade que existe em torno da definição de comunidades tradicionais, questionando se a definição deveria levar em conta a maneira como usam os recursos naturais ou o tempo de permanência no local. Segundo a autora, considerando o critério de uso dos recursos naturais,

o que diferencia as comunidades tradicionais que incorporaram técnicas e padrões de vida "modernos" (em algumas já vemos parabólicas, uso de técnicas modernas na bananicultura e introdução da cultura do maracujá), das comunidades que se implantaram mais recentemente nas UC e que reproduzem

⁶ LUCHIARI, M.T.D.P. s.d. *A relação do homem com o meio ambiente no universo caiçara*, xerox; NOFFS, P. da S. *Os caiçaras de Toque-Toque Pequeno. Um estudo de mudança espacial*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988; PIERSON, D.; TEIXEIRA, C. B. "'Survey' de Icapara". *Sociologia*. São Paulo, n. 9, 1947; SETTI, K. *Ubatuba nos cantos das praias. Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical*. São Paulo: Ática, 1985. SILVA, J.G. *S. da Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*, São Paulo: CEMAR/USP, 1993.

técnicas tradicionais de uso dos recursos naturais?”. (FURLAN, 2004: 245)

Já em relação ao tempo de permanência,

o que dizer de populações tradicionais que têm costumes migratórios (os Guarani, por exemplo)? E o que dizer da tradição, frequente em muitas regiões rurais, de buscar novas posses quando a atual está pequena ou desgastada? (FURLAN, 2004: 245)

A caracterização vigente de comunidades caiçaras está amplamente referenciada em concepções que foram criadas a partir dos primeiros autores que publicaram sobre o tema, segundo revisão de Adams (2000): Almeida (1945,1946), Bernardes & Bernardes (1950), França (1954), Langowski (s.d.), Mussolini (1980), Pierson & Teixeira (1947), Schmidt (1958) e Willems (1946). A autora chama atenção para o fato de que esses autores descreveram as comunidades em períodos históricos de estagnação econômica, de 1930 a 1960 e entre 1970 e 1995, “*criando a idéia de uma sociedade caiçara ‘tradicional’, ‘primitiva’, ‘isolada’ e ‘auto-suficiente’*”, e faz uma crítica a trabalhos posteriores que não revisaram o material adequadamente, levando em conta o período histórico no qual as comunidades haviam sido retratadas. Em contraposição à visão das comunidades caiçaras isoladas, a autora cita:

*Para Murrieta (1994), as comunidades camponesas estão integradas às economias de mercado e aos sistemas políticos nacionais e internacionais há muito tempo, negando que tenham permanecido isoladas da sociedade colonial ou nacional, com as quais estabeleceram uma interação dialética, com diferentes graus de envolvimento e dependência político-econômica.*⁷ (ADAMS, 2000: 11)

Diegues (1998) concorda que existiram na história da ilha de São Sebastião momentos de maior ou menor abertura ao mundo exterior e os contatos existem até hoje. O autor aponta, dentre os aspectos que caracterizam os caiçaras, sua relação com o mercado e os movimentos de migração de membros das comunidades:

⁷ MURRIETA, R. S. S. “Diet and subsistence: changes in three caboclo populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil”. 120p. Master of Arts Thesis. University of Colorado, Boulder, 1994.

a) dependência da natureza, dos ciclos naturais e dos recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um “modo de vida”; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de “território” ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação deste “território” por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de “mercadorias” possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2005: 89)

Segundo o autor, os caiçaras possuem como elemento central de sua cultura o profundo conhecimento dos ciclos naturais e são caracterizados por dinâmicas socioeconômicas e culturais ligadas à mata atlântica e ao mar. Assim, são populações costeiras cujo modo de vida depende dessa condição, pois é na costa que acontecem as relações diretas com o mar e com a mata e nessa relação é que se forma a identidade caiçara. O conhecimento que possuem dos ciclos da natureza, construído ao longo de gerações e transmitido de forma oral, aliado à baixa densidade de suas ocupações, possibilita que utilizem os recursos naturais de forma equilibrada.

Por sua característica de população costeira, a noção de espaço do caiçara se constrói em torno da tridimensionalidade pronunciada na unidade terra-mar-céu (CUNHA, 2009). Na vida do pescador artesanal há uma complementaridade entre mar e terra, ao passo que há também uma relação de oposição entre ambos: na terra é o tempo de espera, no mar é o tempo de procura do pescado, o tempo do trabalho, momento principal do ato produtivo. Segundo Cunha (2009), “o mar é o *locus privilegiado da reprodução social* do

pescador artesanal, seu espaço de propriedade e acesso comum aos que dele extraem sua sobrevivência". Na terra, complementa-se a atividade pesqueira: é onde fica a moradia, onde fazem as redes e a manutenção dos equipamentos. Ainda segundo Cunha (2009), *"na terra o pescador realiza trabalhos acessórios, passa o tempo de descanso, quando mesmo sem permanecer inativo, desfruta de seu tempo livre"*.

O referencial marítimo se fortaleceu no período entre 1930 e 1950, quando as atividades agrícolas perderam importância em relação à pesca - entre outros motivos pela utilização dos barcos a motor - o que proporcionou uma ruptura com o sistema de valores anterior, alterando definitivamente a relação dessas comunidades com o exterior (Adams, 2000). A partir disso, parte dos caiçaras paulistas se converteu em pescadores exclusivos e passou a articular seu modo de vida mais intensamente com o universo marítimo. O caiçara passou a dedicar um tempo maior às atividades de pesca, promovendo mudanças na importância da roça de subsistência.

Outro exemplo, não menos expressivo de alterações radicais ocasionadas pela pesca comercial e pela sua recente decadência, encontra-se nas pequenas planícies e encostas de morros do fundo da baía dos Castelhanos. A carta da fig. nº 16, em que localizamos as áreas atualmente ocupadas por roças, geralmente destinadas à subsistência local, dá idéia da desproporção entre as atuais culturas e os espaços recobertos por capoeiras. Estas, documentando o abandono de importantes atividades agrícolas de 30 anos para cá, quando a pesca comercial passou a ocupar a totalidade dos homens, encaminhando-os para as costeiras vizinhas (cercos) e para as tripulações dos barcos de pesca, apresentam-se geralmente altas e fechadas. (FRANÇA, 1954: 147)

Conforme Diegues (1998), a maior parte das sociedades que vive em ilhas possui relações muito particulares com o mar, sendo esse ora barreira, ora via de contato com outras sociedades, a depender do tipo de relação que desenvolvem com o mundo exterior, marcando a maritimidade das comunidades insulares, que desenvolvem práticas sociais, econômicas e sobretudo simbólicas a partir da relação humana com o espaço marítimo.

Nas áreas terrestres, os caiçaras realizam o trabalho nas roças e a extração de recursos da floresta (WILLEMS, 2003). É também onde estão as

vilas, com moradias e estruturas que auxiliam nas atividades de trabalho: ranchos de pesca, casas de farinha. No sertão são cultivadas as roças, prioritariamente nas encostas, onde mandioca, milho, feijão e batata-doce são plantados em pequenos terrenos irregulares (FRANÇA, 1951). A respeito das terras cultivadas das encostas, Willems (2003), em estudo realizado na Ilha de Búzios no final da década de 1940, apontou que ali “as pessoas fazem o que querem”, mas, quando uma pessoa queria cultivar um terreno que havia sido limpo por outra pessoa, precisava pedir permissão, que sempre era concedida. Portanto, o direito do posseiro era respeitado em relação à utilização das encostas e estava baseado no trabalho gasto no processo de limpeza. França (1951) apontou ainda que, mesmo não possuindo as terras legitimamente, não havia dificuldade para instalarem roças, principalmente nos morros, uma vez que

estes, geralmente, são domínio do ninguém, por onde passam as confrontações de propriedades, conhecidas só na sua extensão, em braças pela linha costeira. Mesmo nas planícies, em terrenos cedidos por proprietários ausentes, sempre é possível por em cultura uma quadra, sem a necessidade de dispendir dinheiro ou remunerar com parte das colheitas. Por isso, desconhecem-se os sistemas de meação, a parceria com o dono, assim como o arrendamento de terras, tão comuns na agricultura brasileira. (FRANÇA, 1951: 121)

Era comum o hábito da construção de casas temporárias na mata para fins agrícolas (WILLEMS, 1952). Segundo França (1951: 45), “os costões geralmente são limites não transpostos pelos “habitats”. As escarpas não têm, senão, choças temporárias que abrigam fabricantes de canoas, ou grotas que servem como abrigo a caçadores.”

Caiçaras e Unidades de Conservação

A criação do Parque Estadual de Ilhabela, assim como de outras Unidades de Conservação de Proteção Integral, contribuiu para a perda de acesso ao território de uso tradicional: as roças ficaram proibidas e os recursos florestais não podem ser extraídos, de modo que a retirada de madeira para confecção de canoas tornou-se ilegal; as casas temporárias na mata com fins de abrigar os agricultores ou mestres canoeiros deixaram de ter sua utilidade; as casas de

moradia só podem ser construídas mediante autorização da administração da unidade de conservação, mas não podem utilizar recursos locais na construção, inviabilizando a regularidade das casas tradicionalmente construídas por caiçaras. A maior parte das UCs de Proteção Integral do país foram criadas sem levar em consideração a situação de populações tradicionais que historicamente viviam em seu interior e entorno, resultando que estas populações tornaram-se ilegais e suas atividades, clandestinas, ficando à margem do desenvolvimento socioeconômico e cultural regional (DIEGUES; VIANNA, 1995).

De acordo com Furlan (2004), a forma como os caiçaras se apropriam dos recursos naturais apresenta descontinuidades nos usos da floresta, do mar e das águas continentais, o que pode, por vezes, levar a uma ideia de vazios não utilizados. *“Não há como abarcar os espaços vivenciais num perímetro único, ou mesmo em glebas, pois o território é descontínuo em seus significados”*. (FURLAN, 2004: 231).

Diegues (2004: 24) aponta que

o território depende não somente do tipo de meio físico explorado, mas também das relações sociais existentes. Para as comunidades caiçaras o território é muito mais vasto do que para os ribeirinhos, e sua “posse”, incorporando o mar, é mais fluida. (DIEGUES, 2004: 24)

Moraes (2011) complementa ao afirmar que *“a constante nos processos de formação do território é a presença da dimensão cultural.”* Assim, segundo Furlan (2004: 231), a concepção de território dos moradores tradicionais difere daquela dos gestores das políticas ambientais, que desconsideram a noção de território como lugar, sobretudo na criação e implementação de Unidades de Conservação e na delimitação das áreas caiçaras dentro das UCs.

Segundo a lógica de criação das Unidades de Conservação de Proteção Integral, as comunidades tradicionais eram consideradas como inimigas da preservação ambiental e sua presença deveria ser banida por meio do reassentamento. Somente mais tarde outras categorias menos restritivas de Unidades de Conservação (UCs) foram criadas, a exemplo das Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas, que permitem o manejo sustentado de recursos por parte das populações residentes.

De acordo com Diegues (2004), a partir dos anos 80 iniciou-se a construção da identidade caiçara como forma de resistência à especulação imobiliária e ao autoritarismo ambiental. Já a partir década de 1990, com o avanço das discussões sobre conservação e presença de populações em áreas protegidas, estas começaram a ser consideradas como agentes de conservação, conforme aponta o mesmo autor:

“Comunidades Tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (petty mode of production) é o conhecimento que os produtores tem dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse “know-how” tradicional é um instrumento importante de conservação. Como essas comunidades não tem outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra “respeito” que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade. (Diegues;Nogara,1999: 142).

A expansão da sociedade urbano-industrial e os conflitos fundiários colocaram as populações tradicionais no Brasil atual como uma categoria política na luta pela sobrevivência destes povos em seus territórios. Furlan (2004) chama atenção para a confusão recorrente entre o direito ao território e o direito à propriedade da terra, pois o segundo não assegura a autonomia cultural e de valores, o modo de vida dos caiçaras ou suas escolhas sobre o futuro. A autora aponta que *“o território vem sendo reduzido à luta pelo direito de propriedade da terra”,* no entanto *“a concepção de território caiçara como espaço não contínuo e produto de representações materiais e imateriais é parte de uma outra referência ao espaço, mais abrangente que a propriedade privada”.*

Atualmente são reconhecidas por instrumentos legais, a exemplo do Decreto 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e define que

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto 6.040/2007, art. 3º)

A existência até os dias atuais das vilas caiçaras, em muito similares ao que foi descrito por autores que estudaram as comunidades nas décadas de 1940 a 1960, mostra uma capacidade de resistência às pressões impostas ao território, onde a ocupação tradicional, as casas ainda executadas com técnicas vernaculares, a produção de farinha e outros aspectos tradicionais continuam acontecendo, apesar das rupturas e novas territorialidades impostas. Segundo Cunha (2009), a exploração dos espaços terra e mar adquire significado distinto para veranistas (imediatismo), empresas pesqueiras (mercadoria) e pescador artesanal (lugar de trabalho e vida), para quem é também um local de cultura e sociabilidades próprias. Nas comunidades caiçaras de Ilhabela, a permanência do modo de vida tradicional tem a contribuição do relativo isolamento territorial e econômico, marcados pela insularidade, onde a clara limitação física do território habitado proporciona um modo de vida particular, *“resultante de práticas econômicas e sociais decorrentes da vida num território geograficamente limitado, com fronteiras geográficas e culturais definidas e cercado pelo oceano”* (DIEGUES,1998). Segundo Furlan (2004), o sentimento de pertencerem às comunidades em que cresceram é um fator de identidade e de coesão interna e há o sentimento de pertencimento ao território e também a noção de estar perdendo seu lugar em decorrência de conflitos fundiários.

1.4 Ordenamento territorial

O modo de vida nas comunidades localizadas no interior do Parque Estadual de Ilhabela e em seu entorno não é diferente. No entanto, com a finalidade de analisar as características de moradia e os impactos do ordenamento territorial sobre as comunidades caiçaras locais, a presente pesquisa apresenta separadamente: comunidades que estão dentro dos limites do Parque Estadual de Ilhabela e, portanto, sujeitas diretamente à legislação dessa unidade de nível estadual e as comunidades que estão no entorno do Parque Estadual de Ilhabela, que tem seu território regulamentado por instrumentos municipais e estaduais. Nas duas situações há a incidência de diretrizes federais relacionadas ao uso das faixas de marinha, sob administração da Secretaria do Patrimônio da União (SPU-MPOG). Outras leis e decretos nacionais com objetivo de proteção ambiental e que impactam no uso de recursos naturais nas comunidades caiçaras de Ilhabela são o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e a resolução CONAMA 303/2002, que dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs).

A região da Serra do Mar e Paranapiacaba foi tombada pela Resolução nº 40, de 05/06/1985, da Secretaria da Cultura, e está sob a tutela e a administração do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). O tombamento atinge todas as ilhas do arquipélago de Ilhabela, excluindo somente uma parcela da Ilha de São Sebastião, compreendida entre a cota 200 e o canal de São Sebastião e insere o componente paisagístico e cultural nos processos de proteção.

Tabela 2. Ambiente Normativo referente ao Ordenamento Territorial incidente no Município de Ilhabela

Ambiente Normativo referente ao Ordenamento Territorial					
Esfera Administrativa	Tipo	Número	Ano	Revisão	Ementa
Federal	Decreto	6660	2008		Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428 de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
	Decreto	5300	2004		Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências
	Decreto	4297	2002		Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências
	Resolução CONAMA	303	2002		Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente
	Decreto	4340	2002		Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências
	Lei	10257	2001		Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
	Lei	9985	2000		Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências
	Lei	7661	1988	Revisado em 1997: Resolução 005 da CIRM, Conama 48ª reunião ordinária	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
	Lei	6938	1981		Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
	Lei	6766	1979		Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências
	Lei	4771	1965	Novo Código Florestal: 12.651/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
	Decreto-Lei	9760	1946		Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências
Estadual - São Paulo	Decreto	9414	1977		Cria o Parque Estadual de Ilhabela e dá providências correlatas
	Decreto	49215	2004		Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, prevê usos e atividades para as diferentes zonas, estabelece diretrizes, metas ambientais e sócio-econômicas e dá outras providências, nos termos estabelecidos pela Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998
	Lei	10019	1998		Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências
	Resolução CONDEPHAAT	40	1985		Tombamento da área da Serra do Mar e de Paranapiacaba no Estado de São Paulo
Municipal - Ilhabela	Lei	421	2006		Dispões sobre a instituição de Plano Diretor Socioambiental do Município de Ilhabela e dá outras providências
	Lei	185	2003		Delimita a zona urbana e as áreas de expansão urbana do município de Ilhabela
	Lei	98	1980		Dispões sobre o patrimônio turístico, a proteção ambiental e o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Ilhabela

Fonte: elaboração própria

É importante ressaltar que Ilhabela possui lei específica de definição do perímetro urbano do município (Lei 185/2003). Segundo a referida lei, a face oceânica da Ilha de São Sebastião e todas as ilhas menores, incluindo assim os locais onde estão as comunidades caiçaras, foram classificadas como áreas de expansão urbana, o que é contraditório ao zoneamento definido pelo Plano Diretor Municipal e no Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, uma vez que ambos os instrumentos visam à proteção ambiental e à melhoria da qualidade de vida sem estímulo à urbanização nas comunidades tradicionais. A lei de perímetro urbano foi instituída de forma súbita e sem detalhamentos, conforme aponta notícia do Jornal da Ilha (2003):

Na zona do agrião (1)

Passou meio que despercebida dos ilhéus a aprovação, no final do mês passado, do projeto de lei 13/2003 – que agora atende pelo nome de lei 185/2003 – e que delimita as áreas urbana e de expansão urbana do arquipélago.

A lei que tratava do assunto estava em vigor desde os longínquos meados da década de 1960, e dispunha que Ilhabela inteirinha – de cabo a rabo, de norte a sul e de leste a oeste – era zona urbana.

Pela 185/2003, a zona urbana agora vai só da Ponta da Sepituba – que fica no bairro dos Borrifos, ao sul – à Ponta do Mandacaru – que fica no bairro da Jabaquara, ao norte –, passando pelo Canal de São Sebastião e abaixo das cotas do Parque Estadual de Ilhabela.

Na zona... (2)

Que era um baita absurdo considerar como sendo zona urbana os 100% do território do arquipélago, isso era. O que não ficou nada claro, é o artigo da lei 185/2003 que dispõe como sendo zona de expansão urbana a faixa situada entre as pontas da Sepituba e Mandacaru, passando por Castelhanos, “situadas entre beira-mar e a linha limite do Parque, criado pelo Decreto no 9.414 de 20 de janeiro de 1977, e demais ilhas do Arquipélago de Ilhabela”.

Da forma que está escrito, depreende-se que as demais ilhas – apesar de as mesmas integrarem o Parque – também foram consideradas como sendo zona de expansão urbana, o que é outro baita absurdo.

(Fonte: Jornal da Ilha, ano VII, nº 74. Jul/2003. Acessado em 12/06/2012. <http://www.tvilha.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Jornal-da-Ilha-74.pdf>)

Com isso, a população das comunidades tradicionais do arquipélago é classificada pelo IBGE como população urbana para fins de recenseamento e somente as comunidades tradicionais caiçaras das Ilhas de Vitória e Búzios somam habitantes em área rural, apesar da ambiguidade gerada pela interpretação da lei de perímetro urbano⁸.

O ordenamento territorial do município é regido por instrumentos jurídicos oriundos das três esferas de governo, conferindo ao município uma característica

⁸ Segundo o IBGE, a classificação em situação urbana ou rural obedece aos seguintes critérios:

Situação do domicílio: segundo a sua localização, o domicílio foi classificado como domicílio de situação urbana ou rural. Os domicílios de situação urbana são aqueles localizados nas áreas urbanas, que são áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por Lei Municipal. As áreas urbanas são classificadas em área urbanizada, área não urbanizada e área urbana isolada. Os domicílios de situação rural são aqueles localizados nas áreas rurais, definidas como áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros aglomerados.

Área urbanizada: área legalmente definida como urbana, que se caracteriza por construções, arruamentos e intensa ocupação humana.

Área urbanizada de cidade ou vila: Legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana, afetada por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e reservadas à expansão urbana. Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamente essas áreas, é estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites são aprovados pelo prefeito local.

complexa, com sobreposições de diretrizes, conflitos e grandes desafios a serem vencidos com o objetivo de aprimorar a gestão e o planejamento do território. Ao se analisar especificamente a questão da produção habitacional nas comunidades caiçaras de Ilhabela, nota-se que divergências entre os diferentes níveis de planejamento dificultam a regularização fundiária, fator primordial para acesso à programas e políticas públicas setoriais. Conforme ressaltou Pasternak (2010) a falta de diálogo entre as leis de ordenamento urbanístico, ambiental e patrimonial gera incongruências que criam obstáculos à regularização fundiária.

A) Comunidades localizadas no interior do Parque Estadual de Ilhabela

Os limites do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) são definidos por cotas altimétricas, sendo que na Ilha de São Sebastião está localizado acima de 200m na face voltada ao canal de São Sebastião e, na face oceânica, varia entre as cotas 100m e 0m (onde faz divisa com terrenos de marinha) e protege integralmente todas as demais ilhas e lajes do arquipélago (Decreto 9.414/77).

A categoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral, na qual se enquadra o PEIb, foi descrita pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei 9985/2000), promulgado no ano 2000. O instrumento buscou compatibilizar a existência das comunidades tradicionais com os objetivos das unidades de conservação, definindo dispositivos para a relação com as populações residentes em UCs. O SNUC apresenta entre seus objetivos a necessidade de *“proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”*. No entanto, o Parque Estadual de Ilhabela ficou categorizado como Unidades de Conservação de Proteção Integral e as atividades dos caiçaras nunca foram regulamentadas:

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. (Lei 9985/2000)

Tal categoria proíbe a existência de habitantes em seu interior e também qualquer tipo de utilização de seus recursos naturais, o que restringe enormemente a realização das atividades das quais os caiçaras tradicionalmente retiram seu sustento, como agricultura, extrativismo e uso de madeira para confecção de canoas de pesca e para estruturas das casas de pau a pique. Essa legislação prevê o reassentamento das comunidades localizadas no interior da unidade de conservação de proteção integral. Contudo, existem outros instrumentos de planejamento que indicam sua permanência e a continuidade da cultura tradicional, conforme apresentado a seguir.

O instrumento de gestão do Parque Estadual de Ilhabela, até a publicação de seu Plano de Manejo, foi o Plano de Gestão Ambiental – Fase I do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, que teve início em 1989 quando o PEIb foi incluído no Projeto de Proteção da Mata Atlântica (PPMA), desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e inserido no Convênio de Cooperação Financeira Brasil-Alemanha com o banco alemão *KfW Entwicklungsbank* (KfW – Banco para o Desenvolvimento) para implantação de unidades de conservação da Mata Atlântica. Nessa ocasião, foi realizado o primeiro esforço participativo para um diagnóstico com proposta inicial de zoneamento, com diretrizes para o Plano de Manejo. Dentre as diretrizes apontadas está a importância de contemplar as comunidades caiçaras, seu patrimônio cultural e seu direito à reprodução social, com envolvimento no planejamento e gestão do Parque Estadual de Ilhabela (SMA-SP, não publicado). No entanto, o plano foi implementado sem a realização prévia de estudos relacionados a aspectos socioculturais, populacionais e geográficos (FURLAN, 2004).

Em 1992, o Instituto Florestal da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo publicou o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Ilhabela, que teve sua importância por ser um estudo específico sobre as comunidades residentes na costa oceânica do Município.

Em 2005, foi realizado mais um estudo, coordenado por Paulo Nogara, com objetivo de fornecer subsídios para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, propondo uma estratégia de inserção das comunidades na gestão e no desenvolvimento regional sustentável (PIRRÓ,

2008). Um dos importantes resultados apresentados em tal estudo foi a proposta de criação de uma Zona Histórico-Cultural Caiçara nas comunidades inseridas no interior do Parque Estadual de Ilhabela, que seria uma solução provisória até que os gestores responsáveis conduzissem as medidas de recategorização da UC, respaldada por termos contidos no SNUC. De acordo com essa proposta, as comunidades localizadas na Zona de Amortecimento estariam numa subzona intitulada Zona de Uso Tradicional. Nesse mesmo estudo o autor se refere à dificuldade por parte do estado em solucionar a questão da presença das comunidades caiçaras como fator gerador de importantes conflitos entre ambos. Segundo o pesquisador, o estado apresenta atitudes que alternam entre a ignorância da permanência da população no interior das UCs e a repressão das atividades tradicionais (PIRRÓ, 2008).

Em 2010, foi publicada a resolução SMA – 029 que dispõe sobre estudos técnicos para alteração de limites e categorias de UCs e trata os Termos de Compromisso com ocupantes das unidades de conservação até sua regularização fundiária. De acordo com a resolução, enquanto não forem regularizadas, realocadas ou ressarcidas as comunidades tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral, essas deverão ter suas condições de permanência reguladas por Termo de Compromisso, negociado entre o órgão gestor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação.

No Termo de Compromisso deverão ser previstos direitos e obrigações do órgão gestor e dos ocupantes com relação a:

- I - As áreas ocupadas para moradia;*
- II - Condições para reformas e expansão de moradias;*
- III - Adequação de fossas negras e sépticas;*
- IV - Quantidades e formas de captação de água;*
- V - Disposição final adequada do lixo;*
- VI - Formas de controle de animais domésticos, criações e zoonoses;*
- VII - Delimitação de áreas de lavoura e extração de subprodutos da floresta, estipulando espécies e quantidades permitidas;*
- VIII - Manejo sustentável dos recursos naturais;*
- IX - Proibição de corte raso e uso do fogo como técnica de desmatamento em áreas novas e condições de manejo das áreas de uso consolidado como as áreas de coivara e de extração de subprodutos*

florestais;

X - Delimitação de áreas de pesca artesanal;

XI - Proibição da caça;

XII - Proibição de exploração de espécies ameaçadas de extinção;

XIII - Alocação de infraestrutura para transporte, energia e comunicação;

XIV - Possibilidades e condições de agrupar moradores isolados;

XV - Controle, vigilância e manutenção de divisas e acessos e

XVI - Sanções pelo não cumprimento dos compromissos e prazos assumidos. (SMA 029/2010)

No ano de 2011, foi elaborado o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, que ratificou a proposta de zoneamento apresentada em 2005, classificando as áreas de comunidades interiorizadas ao Parque Estadual de Ilhabela como Subzona da Atual Ocupação Tradicional e as de comunidades localizadas no entorno do PEIb como Setor de Conservação Ambiental e Cultural de Comunidade Tradicional. O Plano foi submetido a análise e aprovação pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo – CONSEMA, que se manifestou favoravelmente à aprovação do plano em outubro de 2015.

Em relação à construção de novas moradias e reformas nas áreas internas ao PEIb, a portaria normativa Nº 138/2010, da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, vinculada à secretaria de Meio Ambiente, estabelece os critérios e procedimentos técnicos e administrativos que deverão ser observados na análise das solicitações de autorizações para reformas, construções e instalação de energia elétrica necessárias à subsistência de pequenos produtores rurais e populações tradicionais ocupantes de áreas inseridas em unidade de conservação de proteção integral. O instrumento determina que o solicitante deverá apresentar:

I - Requerimento (Anexo I) com as informações e contatos pessoais do interessado, justificativa do pedido, área total pleiteada a ser autorizada, roteiro de acesso e croqui da intervenção solicitada;

II - Documentação dominial, matrícula atualizada em até 180 dias e, em caso de posse, os documentos que comprovem a posse de boa-fé, mansa e pacífica;

III – Planta ou croqui da intervenção solicitada com identificação da área e distância das residências mais próximas.

Artigo 7º - Nas construções já existentes, as intervenções autorizadas deverão observar os requisitos seguintes:

IV - todo e qualquer entulho gerado pela construção deverá ser removido para local adequado fora da unidade de conservação;

V - não podem ser utilizados materiais oriundos dos recursos naturais protegidos da Unidade;

VI – quando da necessidade de modificação no telhado, o mesmo deverá ser de telhas de cerâmica ou ecológica, não podendo ser utilizada para a cobertura a telha de amianto. (SMA 138/2010)

Levando em consideração que os terrenos onde estão as comunidades tradicionais não possuem regularização fundiária e que, além deste ponto, para apresentação dos projetos de construção e reforma exigidos é necessário conhecimento técnico, o que requer a participação de um profissional da área, a construção de habitações legalizadas parece inviabilizada na prática.

B) Comunidades localizadas no entorno do Parque Estadual de Ilhabela

As comunidades tradicionais localizadas no entorno do Parque Estadual de Ilhabela estão sob influência direta do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela, do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte e das diretrizes da Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Ilhabela.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela (PDDSA - Lei 421/2006) passou por processo de revisão durante o ano de 2015, portanto, foi analisado o plano aprovado em 2006, vigente no período da realização desta pesquisa. Esse plano reconhece as comunidades tradicionais, de acordo com a seguinte definição: “*Art. 3º item V: Grupos humanos culturalmente diferenciados, fixados em uma determinada região, historicamente reproduzindo seu modo de vida em estreita dependência do meio natural para sua sobrevivência*”.

O PDDSA apresenta 8 estratégias que visam, por meio de políticas, programas e projetos, a promover o equilíbrio entre as possibilidades naturais do arquipélago e as necessidades humanas. Para cada uma das estratégias o plano prevê diretrizes e programas. A seção VII estabelece 6 programas para implantação das estratégias de Estruturação Urbana, Ordenamento Territorial e Modelo de Cidade (Art. 38, Lei 421/2006).

O plano dividiu o território municipal em Zonas Ecológicas Econômicas Municipais, *“áreas definidas territorialmente e que visam auxiliar o planejamento estratégico do uso do território e as diretrizes para o desenvolvimento social e econômico, considerando a dimensão ambiental versus a promoção econômica.”*

O zoneamento estabelecido levou em consideração outros instrumentos incidentes no território municipal: delimitou a área do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) como uma Zona de Restrição Total à Ocupação (ZRT); remete-se à Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação, de acordo com a definição apresentada pelo SNUC (Lei nº 9.985/2000), Art. 2º, inciso XVIII, como o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; remete-se ao tombamento da Serra do Mar (Resolução nº 40, de 05/06/1985, da Secretaria da Cultura / Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT): *“as áreas tombadas pelo CONDEPHAAT deverão obedecer, independente da Zona enquadrada, as diretrizes do órgão e a legislação federal e estadual vigente”* (Art. 15º).

Anteriormente à publicação do PDDSA, a Lei N.º98/80, que dispõe sobre o Patrimônio Turístico, a Proteção Ambiental e o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Ilhabela, era o único instrumento de zoneamento do município e previa 4 macrozonas: residencial, comercial, mista e proteção ambiental. Essa lei não foi expressamente revogada pelo plano diretor, de forma que a interpretação do zoneamento pode gerar ambiguidade quanto aos instrumentos em vigor.

As áreas onde existem comunidades tradicionais caiçaras foram classificadas no plano de 2006 como Zonas de Interesse Específico (ZIE):

Art. 14 – Zona de Interesse Específico (ZIE): Compreende as áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais, as áreas de Patrimônio Histórico e Cultural, bem como os Sítios Arqueológicos.

(...)

§2º - As diretrizes de uso e ocupação desta zona seguem as diretrizes da legislação estadual e federal por tratar-se de área de entorno de Unidade de Conservação. (Ilhabela, 2006)

As atividades permitidas na ZIE das comunidades tradicionais são:

- a) *Atividades representativas das práticas culturais caiçaras como pesca artesanal, agricultura de roça, artesanato, festas entre outras e acesso aos recursos ambientais;*
- b) *Atividade de promoção ambiental com restauração e conservação das Áreas de Preservação Permanente, de modo a garantir qualidade de vida ao ambiente e às futuras gerações;*
- c) *Atividades de promoção socioeconômica de baixo efeito impactante.* (Ilhabela, 2006)

Na ZIE fica vedado o parcelamento do solo para fins urbanos (Art. 191).

O Programa de Implantação de ZIE prevê a preservação do ordenamento territorial atual nos bairros de comunidades tradicionais, a implantação de infraestrutura sanitária adequada, saneamento ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, o atendimento da demanda por serviços de educação e saúde pública, entre outros itens, num conjunto de ações e políticas que deverão dar tratamento adequado às características socioculturais das comunidades tradicionais. Este programa tem 3 subprogramas (Art. 39):

- Subprograma de promoção socioambiental para as comunidades tradicionais;
- Subprograma de requalificação socioambiental para o bairro do Bonete;
- Subprograma de requalificação socioambiental para o bairro dos Castelhanos.

O Subprograma de Promoção Socioambiental para as Comunidades Tradicionais propõe parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e as comunidades caiçaras para a implantação de ações que visam a manutenção do modo de vida tradicional, a melhoria da qualidade de serviços públicos e o acesso a atividades geradoras de renda. Entre as diversas ações a que visa este programa está a

c) implantação e implementação de equipamentos e ou serviços de atendimento a saúde, educação, saneamento básico em comunidades onde não houver.

(...)

p) restaurar a moradia caiçara investindo no modelo construtivo tradicional, mas melhorando a qualidade das casas. (Ilhabela, 2006)⁹

⁹ Os serviços implementados nas comunidades da Baía dos Castelhanos serão apresentados adiante nesse trabalho, no Capítulo 2.

Além do Zoneamento, o plano diretor regulamenta outras unidades territoriais, entre elas as Áreas Estruturadoras do Modelo Espacial,

áreas que definem o modelo urbanístico da cidade, com tipologias de espaços com qualificações diferenciadas. São elas: Centro Histórico, Corredor de Desenvolvimento, Bairros Interiorizados, Comunidades Tradicionais. (Ilhabela, 2006)

Suas características e diretrizes são tratadas nos artigos 25 a 32. O artigo 29 define que os bairros das Comunidades Tradicionais são bairros residenciais onde vivem as populações tradicionais e dá as seguintes diretrizes (art. 30º):

- I) Melhoria das condições de vida;*
- II) Melhoria de circulação marítima;*
- III) A presença do Estado através do atendimento à educação, saúde, saneamento básico e segurança;*
- IV) Bairros de ocupação predominantemente residencial unifamiliar;*
- V) Sendo permitida a instalação de atividades geradoras de renda associadas ao turismo de baixo impacto, com infraestrutura de saneamento básico. (Ilhabela, 2006)*

O plano define que

a requalificação das moradias caiçaras existentes seguirão partido arquitetônico das construções tradicionais e as novas construções deverão seguir o partido arquitetônico caiçara com moradias no padrão de habitações rústicas unifamiliares. (art. 30º Ilhabela, 2006),

o que nem sempre é observado na prática nas comunidades tradicionais, conforme será apresentado no Capítulo 3.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, instituído em 1988, previu a necessidade de zoneamento que ordenasse os usos e atividades da zona costeira nacional. Foi regulamentado pelo Decreto federal 5.300/2004, que dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e critérios de gestão da orla marítima. O decreto determinou o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro como um dos instrumentos de gestão costeira, devendo orientar

o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão. (Decreto federal 5.300/2004)

No mesmo ano de 2004, o Decreto Estadual 49.215, em atendimento ao

Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei 10.019/98), dispôs sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte (ZEE-LN), criando zonas terrestres e marinhas. Ilhabela integra o setor do Litoral Norte da Zona Costeira, conforme definição do art. 3º, inciso I, da Lei estadual nº 10.019/98.

As comunidades tradicionais de Ilhabela estão localizadas na zona 1 terrestre (Z1T), que compreende a subzona da Área Especialmente Protegida (Z1T- AEP) e na zona 2 terrestre (Z2T), todas com características de proteção ambiental e baixo grau de urbanização.

Entre as comunidades da Baía dos Castelhanos, a Praia Mansa e Praia Vermelha estão localizadas em Z1T:

Artigo 4º - A delimitação da Zona 1 Terrestre - Z1T considera, entre outras, isolada ou conjuntamente, as seguintes características sócio-ambientais:

I - ocorrência de áreas contínuas de vegetação em estágio avançado de regeneração e fauna associada, com alteração de cerca de 10% (dez por cento) da cobertura vegetal, observadas as restrições previstas pelo Decreto Federal nº 750, de 10 de março de 1993;

II - ocorrência de áreas com declividade média acima de 47% (quarenta e sete por cento), observadas as restrições previstas pela Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e Resolução CONAMA nº 303/02;

III - existência de comunidades tradicionais;

IV - ocorrência de Unidades de Conservação de Proteção Integral observadas as restrições previstas pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

V - ocorrência de manguezais, observadas as restrições previstas pela Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e Resolução CONAMA 303/02.

Artigo 5º - A gestão da Z1T deverá observar as seguintes diretrizes:

I - garantir a manutenção da diversidade biológica, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico;

II - promover programas de controle da poluição e proteção das nascentes e vegetação ciliar com vistas a garantir a quantidade e qualidade das águas;

III - promover, por meio de procedimentos dos órgãos competentes, a regularização fundiária;

IV - fomentar o manejo auto-sustentado dos recursos ambientais.

Artigo 6º - Na Z1T, os Planos e Programas objetivarão a meta de conservação ou recuperação de, no mínimo, 90% (noventa por cento) da zona com cobertura vegetal nativa garantindo a diversidade biológica das espécies.

Artigo 7º - Na Z1T são permitidos os seguintes usos e atividades, desde que não se alterem as características sócio-ambientais da zona:

I - pesquisa científica relacionada à preservação, conservação e recuperação ambiental e ao manejo auto-sustentado das espécies da fauna e flora regional;

II - educação ambiental;

III - manejo auto-sustentado, condicionado à existência de Plano de Manejo;

IV - empreendimentos de ecoturismo com finalidade e padrões que não alterem as características ambientais da zona;

V - pesca artesanal;

VI - ocupação humana de baixos efeitos impactantes.

Parágrafo único - Respeitados a legislação ambiental, a Resolução CONDEPHAAT nº 40/85 que estabelece o tombamento da Serra do Mar e o Plano Diretor Municipal, será admitida a utilização de até 10% (dez por cento) da área total da propriedade para a execução de edificações, obras complementares, acessos e instalação de equipamentos afins, necessários ao desenvolvimento das atividades anteriormente descritas. (Decreto Estadual 49.215/2004)

As comunidades da praia da Figueira e Saco do Sombrio estão no interior do Parque Estadual de Ilhabela, portanto se enquadram na sobzona Área Especialmente Protegida (Z1T-AEP):

Artigo 9º - Os usos e atividades permitidos nas Z1T - AEP são aqueles definidos na legislação que regula as categorias das Unidades de Conservação, no diploma legal que as criou, bem como nos respectivos Planos de Manejo, quando aplicáveis. (Decreto Estadual 49.215/2004)

A Praia dos Castelhanos está classificada como Z2, onde se encontram as comunidades do Canto do Ribeirão e Canto da Lagoa:

Artigo 10 - A delimitação da Zona 2 Terrestre - Z2T considera, entre outras, isolada ou conjuntamente, as seguintes características sócio-ambientais:

I - elevada recorrência de áreas de preservação permanente, observadas as restrições previstas pela Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e de risco geotécnico;

II - existência de áreas contínuas de vegetação em estágio avançado de regeneração e fauna associada, com ocorrências de supressão ou de alteração de até 30% (trinta por cento) da cobertura vegetal, observadas as restrições previstas pelo Decreto Federal nº 750, de 10 de março de 1993;

III - ocorrência de áreas com declividade média entre 30% (trinta por cento) e 47% (quarenta e sete por cento);

IV - áreas sujeitas à inundação.

Artigo 11 - A gestão da Z2T deverá objetivar as seguintes diretrizes:

I - manter a funcionalidade dos ecossistemas, garantindo a conservação dos recursos genéticos, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico;

II - promover programas de manutenção, controle da poluição e proteção das nascentes e vegetação ciliar com vistas a garantir a quantidade e qualidade das águas.

Artigo 12 - Na Z2T, os Planos e Programas objetivarão a meta de conservação ou recuperação de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da zona com cobertura vegetal nativa garantindo a diversidade biológica das espécies.

Artigo 13 - Na Z2T são permitidos, além daqueles estabelecidos para a Z1T, os seguintes usos e atividades:

I - aquicultura;

II - mineração com base nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Regional de Mineração, respeitadas as disposições do Plano Diretor Municipal;

III - beneficiamento dos produtos de manejo sustentável.

Parágrafo único - Respeitados a legislação ambiental, a Resolução

CONDEPHAAT nº 40/85 que estabelece o tombamento da Serra do Mar e o Plano Diretor Municipal, será admitida a utilização de até 20% (vinte por cento) da área total da propriedade para a execução de edificações, obras complementares, acessos e instalação de equipamentos afins, necessários ao desenvolvimento das atividades anteriormente descritas. (Decreto Estadual 49.215/2004)

A especulação imobiliária e a unidade de conservação são exemplos de fontes de pressão que se sobrepõem no território das comunidades tradicionais. Essas, por sua vez, desenvolveram mecanismos de resistência e luta por direitos e permanência. No ano de 2012, iniciou-se a revisão do ZEE-LN, sob responsabilidade do Grupo Setorial de Coordenação do Litoral Norte, processo a partir do qual foram propostas pela Prefeitura de Ilhabela alterações no zoneamento que atinge as comunidades tradicionais, no sentido de possibilitar urbanização. A situação provocou grande mobilização da sociedade de Ilhabela e forte reação contrária da população da Baía dos Castelhanos. Pouco depois, a Associação de Moradores e Pescadores da Baía de Castelhanos soliciou o direito de uso da faixa de marinha junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU-MPOG). A solicitação resultou na obtenção de um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para a faixa de marinha, de domínio da União.

2 A BAÍA DOS CASTELHANOS

2.1 Apresentação

A Baía dos Castelhanos está localizada na face oceânica da Ilha de São Sebastião, principal ilha do Arquipélago de Ilhabela. O acesso ao local pode ser realizado por mar ou pela Estrada Perequê-Castelhanos, via com 18 km de extensão que atravessa o Parque Estadual de Ilhabela e liga o bairro do Perequê à Praia dos Castelhanos. É delimitada pela Ponta da Cabeçuda a norte e Ponta da Pirassununga a sul, possui em sua maior dimensão sentido Norte - Sul 7,35Km e sentido Leste Oeste 6,67Km, e área total de 3.636,75 ha¹⁰.

Na baía habitam 232 caiçaras tradicionais, que vivem em 6 comunidades: Saco do Sombrio, Praia da Figueira, Praia Vermelha, Praia Mansa, Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão (as duas últimas localizadas na Praia dos Castelhanos, portanto as únicas que são acessíveis pela estrada). Das 6 comunidades, duas estão no interior do Parque Estadual de Ilhabela (Praia da Figueira e Saco do Sombrio) e 4 estão no entorno da unidade de conservação (Canto da Lagoa, Canto do Ribeirão, Praia Vermelha e Praia Mansa). Ao analisar os dados fornecidos em diagnósticos que subsidiaram o Plano de Manejo da unidade, um projeto de saneamento ambiental, os dados do Censo (IBGE, 2010) e os levantamentos de campo da presente pesquisa, observa-se uma pequena queda na população total da Baía dos Castelhanos entre os anos de 2005 e 2008 e, partir de então, um crescimento contínuo. O crescimento populacional, ainda que pequeno, reflete-se na construção de novas moradias, indicando a necessidade de planejamento, uma vez que as áreas estão em Unidade de Conservação e respectiva Zona de Amortecimento.

Tabela 3. População das comunidades localizadas na Baía dos Castelhanos entre 2005 e 2014.

Comunidade	Nº de moradores			
	2005 ⁽¹⁾	2008 ⁽²⁾	2010 ⁽³⁾	2014 ⁽⁴⁾
Saco do Sombrio	28	21	42	32
Praia da Figueira	22	21		30
Praia Vermelha	32	24	24	25
Praia Mansa	24	27	33	40
Canto da Lagoa	59	61	116	72
Canto do Ribeirão	39	39		33
Total Baía dos Castelhanos	204	193	215	232

Fonte: 1- Nogara, 2005; 2 - Pirró, 2008; 3 - Censo 2010¹¹; 4 - atualizado 2014.

¹⁰ Relatório interno da Associação AMOR Castelhanos, não publicado.

Localização

lat. 23° 22' 32"

Figura 4: Localização das comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos Castelhanos

Convenções

- Parque Estadual de Ilhabela
- Entorno das Vilas Caiçaras
- Curso d'água
- Estrada de Castelhanos
- Curva de Nível - 100 metros
- Curva de Nível - 25 metros
- Sítio Arqueológico

Fonte: Baseado no levantamento IGC, 1976. Atualizado em 2014.

Levantamento Topográfico
Escala : 1/50.000

Baía dos
Castelhanos

A área marítima da Baía dos Castelhanos tem papel fundamental no modo de vida local e é importante área de uso tradicional, pois é um ambiente rico em recursos pesqueiros que possibilitam a continuidade da principal atividade da população caiçara residente no local, a pesca artesanal. Além da renda proveniente da pesca, alguns caiçaras são funcionários públicos municipais e muitos recebem aposentadoria. Entre os mais jovens já é significativo o trabalho em restaurantes e bares, em trilhas e em apoio ao turista durante as temporadas. Um casal caiçara administra um *camping*. A renda média dos chefes de família fica abaixo de R\$ 622,00, inferior à maior parte dos demais setores censitários do município, que apresentam renda média entre R\$622,00 e R\$ 1.866,00 (IBGE 2010; PÓLIS, 2013).

O principal meio de comunicação na Baía dos Castelhanos é o rádio amador VHF, pelo qual pode ser feito contato também entre os barcos de pesca. Uma das principais frequências para falar com as comunidades e com os pescadores é o Delta 24. Não há sinal de telefonia móvel e existem 2 orelhões na Praia de Castelhanos. Não há energia elétrica no local, de modo que as necessidades são supridas com uso de geradores, utilizados sobretudo para iluminação. Poucas famílias possuem máquina de lavar roupas e televisão.

A limpeza de áreas públicas é realizada por funcionários da prefeitura municipal, moradores de Castelhanos, que fazem a varrição diária dos caminhos de servidão e áreas de uso comum. Para a coleta de lixo são contratados moradores, donos de canoas a motor, que levam os resíduos até a cidade, geralmente com frequência semanal, sendo que as condições do mar podem alterar essa frequência. Não há coleta seletiva. Há também resíduos despejados incorretamente na mata e alguns casos de pessoas que enterram o lixo, prática muito comum antes da existência de transporte para a cidade. A queima de lixo não é relatada como prática comum na Baía dos Castelhanos atualmente.

Os serviços de saúde pública são oferecidos por meio de equipes municipais que se deslocam periodicamente às comunidades e atendem nas escolas das comunidades ou em outros locais temporariamente adaptados para tal finalidade. Em casos de impossibilidade de deslocamento do paciente, a equipe atende nas residências. Devido à baixa estruturação do município para o

transporte e à dificuldade de acesso ao local, os atendimentos nem sempre cumprem a frequência mensal prevista.

A educação pública é oferecida pela administração municipal (Ensino Fundamental I e II) e pelo governo estadual (Ensino Médio). Há duas escolas de Ensino Fundamental I, uma localizada na Praia Mansa – que atende alunos de Mansa, Vermelha, Figueira e Sombrio – e outra no Canto do Ribeirão – para alunos de Ribeirão e Lagoa. Os alunos dos ensinos fundamental II e médio estudam no Canto da Lagoa. A prefeitura contrata moradores que ficam responsáveis pelo transporte dos alunos por mar e merendeiras para cuidar das refeições e limpeza das escolas. O ensino médio foi uma demanda dos moradores locais à administração municipal, atendida após um período reivindicações. Os professores dessas escolas ficam nas comunidades durante a semana e retornam para a cidade aos finais de semana, quando necessitam de caronas de pescadores ou jipeiros para o transporte, uma vez que a administração pública não oferece esse serviço. Maldonado (2004), apontou que algumas das obrigações do poder público, diante de sua inexistência, são supridas por pescadores donos de embarcações a motor, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Além de carona aos professores, transportam moradores até a cidade em caso de emergência médica.

O principal meio de transporte utilizado para deslocamento entre as comunidades é a canoa a motor, também principal embarcação utilizada na pesca artesanal. Para pequenos deslocamentos a canoa a remo é bastante utilizada. Algumas famílias com maior renda possuem, além de canoas, barcos de pesca a motor ou lanchas rápidas (“chatinhas”), utilizadas para deslocamentos mais longos.

O fluxo de deslocamentos entre as comunidades da Baía dos Castelhanos é intenso, induzido pelo acesso às escolas, ao comércio local que se desenvolveu na comunidade do Canto da Lagoa, e à estrada que leva à área urbanizada de Ilhabela. Cultos evangélicos e jogos de futebol aos finais de semana também atraem moradores de diversas comunidades à Praia dos Castelhanos, razões pelas quais essa praia tem papel central na Baía dos Castelhanos. Assim, há uma grande convivência entre os moradores das 6 comunidades tradicionais. As duas comunidades inseridas no Parque Estadual de Ilhabela (Saco do Sombrio e Praia

da Figueira) recebem poucos visitantes, uma vez que ali não há equipamentos públicos.

2.2 Vilas Caiçaras

As vilas caiçaras de Ilhabela constituíram-se de forma muito semelhante entre si, apresentando características comuns que apontam um padrão de uso e ocupação do solo próprio das comunidades caiçaras, conforme registros de outras vilas no litoral fluminense e paranaense (ZUQUIM, 2004; CUNHA, 2009). Refletem um modo de vida pautado na interação com o ambiente natural onde estão inseridas, do qual seus habitantes fazem parte. O território caiçara é reconhecido a partir das relações com o mar e a mata e a vila é o ponto de intersecção entre ambos: são implantadas próximas às praias, nas planícies e encostas, perto de cursos d'água que abastecem as moradias. As casas são construídas atrás de uma linha de vegetação, que protege dos ventos e chuvas fortes, e são organizadas em núcleos familiares, próximas umas às outras, separadas por quintais com ervas, hortaliças e árvores frutíferas, que conferem privacidade às famílias. Os caiçaras não utilizam cercas ou outras demarcações de propriedade. As casas de farinha são construídas ao lado da casa de moradia. Os ranchos de pesca ficam na praia e são tradicionalmente de propriedade familiar, sendo seu uso em geral compartilhado por membros de uma mesma família. A praia é o lugar de uso comum, onde não há apropriação individual. É o local onde os pescadores trabalham na manutenção de seus equipamentos de pesca e embarcações; é centro de atração, ponto de contatos sociais e descanso e importante espaço de lazer para crianças, jovens e adultos. Todos os pontos são ligados por caminhos de servidão: moradias, roças, praias e florestas, bem como as comunidades vizinhas. Em algumas comunidades há igrejas, escolas e pequenos comércios familiares¹².

¹² No período desta pesquisa havia 3 casas de farinha na Baía dos Castelhanos (Praia Vermelha: casa do Anísio e da Alaíde; Canto da Lagoa: casa da Cilene). Igrejas católicas deram lugar às igrejas evangélicas, que totalizam 2 na Baía dos Castelhanos: Praia Mansa e Canto da Lagoa. As escolas também são equipamentos importantes nas vilas caiçaras atualmente, sendo que 3 das comunidades as possuem: Praia Mansa, Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão.

As vilas, avistadas desde o mar, pouco revelam sobre as construções e a vida cotidiana que ali se desenvolve. O visitante percebe de pronto apenas os ranchos de pesca e uma grande quantidade de canoas no mar e na areia. Os caiçaras, por sua vez, enxergam e sabem tudo o que se passa na vila, conhecem cada detalhe das construções e da paisagem ao redor.

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)
Figura 5: Praia Mansa

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)
Figura 6: Praia Vermelha

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)
Figura 7: Praia da Figueira

As estrutura de ocupação das vilas estudadas nesta pesquisa mudou pouco em relação às descrições encontradas em autores que estudaram as comunidades caiçaras nas décadas 1940 a 1960. As principais mudanças identificadas dizem respeito à chegada de veranistas e atividades comerciais relacionadas ao turismo, conforme relatado por Willems (2003) sobre a demarcação de propriedade nas vilas caiçaras:

Na verdade, não há nenhuma linha visível de demarcação entre as propriedades de cada família, mas os sítios são bem separados e geralmente uma faixa de terreno rochoso e sem valor encontra-se entre as terras de famílias vizinhas. Quando as casas são aglomeradas, elas são habitadas por membros da mesma família. Assim, conflitos sobre terra são raros. (WILLEMS, 1952: 51)

As casas de veraneio, construídas a partir da década de 1950, impuseram limites entre os terrenos, que continuam ainda hoje sendo os únicos cercados presentes nas comunidades da Baía dos Castelhanos:

O caiçara, que se limita geralmente a fazer cercas imperfeitas, com taquaras, ou a plantar árvores e arbustos nos limites das propriedades, deixa aí, propositadamente várias passagens, e tem por hábito transitar pelos terrenos vizinhos; quando lhe convém, instala com toda a naturalidade pequenas culturas nos lotes desocupados, ou colhe os frutos de suas árvores. Mas os novos proprietários, geralmente habitantes das cidades têm como primeiro cuidado, quase que invariavelmente, a construção de sólidas cercas. Durante algum tempo, o obstáculo é respeitado e as trilhas o contornam. Mas, desde que não haja vigilância, como acontece quase sempre, as cercas aparecem rompidas, as trilhas retornam as antigas direções e o terreno é reincorporado à servidão comum. (FRANÇA, 1951: 170)

É importante notar a existência de uma linha sutil entre as noções de público e privado no modo de vida caiçara tradicional. Em todos os aspectos do território caiçara a posse está fundada no núcleo familiar, no entanto não há nenhuma espécie de demarcação padronizada de propriedade, mas esta é sempre reconhecida na comunidade.

As praias continuam sendo o local de uso comum dos caiçaras e, nos últimos anos, nas comunidades onde há maior presença do turismo, ganharam novos usos: são o local de chegada das embarcações turísticas, de acomodação das mesas de restaurantes e de estacionamento de jipes. Portanto, mesmo que

de outras formas, continuam sendo o local de contato com pessoas de fora, conforme apresentado em relato de França:

as praias são, ainda, os pontos de articulação com o mundo exterior, semelhante às pequenas estações de estradas de ferro nas vilas do interior. Quando se aproxima uma embarcação, a qualquer hora do dia, animam-se com as correrias de homens, mulheres, crianças, levados por simples curiosidade, que vão ‘assuntar’, na expressão local. (FRANÇA, 1951: 44).

No entanto, o uso compartilhado com turistas gera diferentes espacialidades nas praias, onde se estabelecem locais utilizados somente por caiçaras e outros, somente por pessoas “de fora”, o que pode ocasionar alguns conflitos de uso.

A forma de expansão das vilas também encontra-se muito semelhante à descrita anteriormente, pois as moradias nas vilas caiçaras estão organizadas em grupos familiares e é esta organização que define a ocupação da vila e a construção de nova moradias. Conforme apontou Willems (1952), *“a casa comum não é um ideal social, um casal recém formado fica ansioso para estabelecer um lar separado”*. Esse lar é estabelecido no terreno próximo à casa dos pais da noiva ou do noivo, numa expressão da solidariedade que caracteriza as comunidades caiçaras (FRANÇA, 1951). Se o casal for de comunidades diferentes, escolhem uma das famílias para ficarem próximos, quase nunca vão para uma terceira comunidade. De acordo com Furlan:

O sentimento de pertencerem às comunidades em que cresceram é um fator de identidade e de coesão interna. Entre eles ainda se tem uma regionalidade insular reconhecida pela sua origem nas diferentes praias. Assim temos o “pessoal” dos Castelhanos, do Bonete, do Sombrio, da Sela, da Guanxuma, do Estácio, etc. (FURLAN, 2004: 231).

Willems (1952) identificou que os pequenos agrupamentos na Ilha dos Búzios eram chamados de *“nosso lugar”*. Atualmente na Baía dos Castelhanos, mesmo que moradores não remetam a esta denominação, são claros os agrupamentos familiares, conforme se pode observar nos mapas de uso do solo das vilas da Baía dos Castelhanos, apresentado a seguir. Para a elaboração das manchas de agrupamentos familiares apresentadas nestes mapas foram utilizadas as árvores genealógicas das famílias residentes na Baía dos

Castelhanos, elaboradas em 2002 por Mariana Pirró e atualizadas pela mesma pesquisadora em 2014 (não publicado). Este olhar é importante não só para compreender a formação das vilas, mas também para prever sua expansão, uma vez que o padrão continua sendo seguido.

2.2.1 Saco do Sombrio

Localizado no extremo sul da Baía dos Castelhanos, a sudeste no Arquipélago de Ilhabela, o Saco do Sombrio está integralmente inserido no território protegido do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). O acesso é realizado por mar ou por uma trilha que liga a vila à Praia da Figueira, com duração de 1 hora para ser percorrida a pé, pouco utilizada.

A comunidade possui 32 habitantes, 12 casas de caiçaras tradicionais, 6 casas de turistas, 1 casa de farinha e 1 rancho de pesca que, devido à ausência de praia, está localizado na costeira próximo às estivas que facilitam o acesso das embarcações ao mar. Não há equipamentos públicos no Sombrio. A vila caiçara está localizada entre as cotas 05 e 50, com casas distribuídas ao longo da encosta, acompanhando a topografia.

Ao norte, há uma base da Marinha do Brasil que funcionou inicialmente para abastecimento do farol da Ponta do Boi e foi posteriormente arrendada ao Yatch Club de Ilhabela, que mantém ali uma sede com estrutura para atracagem de barcos e um restaurante. O píer do Yatch Club foi construído no melhor ponto de embarque do Saco do Sombrio, historicamente utilizado pela comunidade, e o acesso aos moradores locais foi proibido, gerando uma situação de conflito com os moradores locais. O turismo náutico é intenso no local, sobretudo durante temporadas. No entanto, a comunidade não trabalha em atividades relacionadas, sendo a pesca artesanal a principal ocupação.

O Saco do Sombrio é um dos portos mais seguros da região, usado como abrigo para embarcações de pesca e passeio. No passado, o Saco do Sombrio teve grande relevância ao servir de abrigo para embarcações europeias que transportavam mercadorias e de esconderijo para navios corsários e negreiros. Há histórias que relatam a presença de tesouros no local e algumas peças antigas já foram encontradas (PIRRÓ, 2004). Nas décadas de 1930 e 1940, o

Saco do Sombrio vivenciou intenso desenvolvimento econômico pela pesca com a introdução e difusão dos cercos flutuantes trazidos pelos japoneses. De acordo com França (1951; 142), *“O principal porto pesqueiro da Ilha, o Sombrio, teria chegado a reunir 450 a 500 habitantes, dando abrigo, comumente, na sua reentrância bem protegida dos ventos, de 20 a 25 barcos por noite.”*

Com a restrição de acesso à terra após a criação do Parque Estadual de Ilhabela e com a dificuldade de acesso ao local, muitas famílias se mudaram para a cidade e hoje a comunidade é a mais isolada da Baía dos Castelhanos.

Fonte: Associação Elementos da Natureza

Figura 8: Sede do Yatch Club de Ilhabela no Saco do Sombrio

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 9: Píer para embarcações turísticas e estiva com canoas caiçaras no Saco do Sombrio

FIGURA 10: MAPA DE USO DO SOLO - SACO DO SOMBRI

2.2.2 Praia da Figueira

Localizada na face sul da Baía dos Castelhanos, a praia da Figueira está inserida no interior do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), entre o Saco do Sombrio e a Praia Vermelha. Pode ser acessada por mar, meio mais utilizado, ou por trilhas que ligam a praia às comunidades vizinhas. Com 30 habitantes, a vila possui 9 casas de caiçaras, 1 casa de turista e 1 casa de farinha sem uso. As construções ocupam a planície da Figueira, nos cantos norte e sul da praia, e o morro do canto norte. As residências estão distantes entre si, com exceção do canto sul, onde as 3 casas são mais próximas e pertencem a um casal e seus filhos. No meio da praia há uma casa e um quiosque de turista sem utilização. A vila não possui equipamentos públicos. Na planície há diversas árvores de frutas, resquícios de roças cultivadas no passado, e algumas espécies cultivadas atualmente em pequenas roças utilizadas para o consumo dos moradores.

A Praia da Figueira é a única praia do arquipélago de Ilhabela que se encontra no interior da Unidade de Conservação. Há um conflito fundiário devido à presença de proprietários particulares na área do Parque Estadual de Ilhabela, que impacta a população residente, havendo necessidade de reconhecimento de direitos da população local ao território e regularização fundiária por parte do Estado.

De acordo com Bendazzoli (2014), 3 sítios arqueológicos foram identificados no local: Fazenda da Figueira, Ruína do Meio, ambos sítios do tipo colonial e Polidor da Figueira, sítio do tipo polidor. A fazenda produzia café e aguardente utilizando tração animal e mão de obra escrava e exportava diretamente para Portugal (PIRRÓ, 2004). Segundo relatos orais coletados em pesquisa de Pirró, as estruturas remanescentes – pilares construídos com pedra e cal – pertenceram à antiga senzala. Nas Galhetas podem ser identificadas estruturas de pedra e peças de maquinário, como a roda d'água, ainda conservadas no meio da vegetação (PIRRÓ, 2004).

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 11: Casa na Praia da Figueira

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 12: Casas na Praia da Figueira

Localização

Convenções Topográficas

- APP 30m
- curso d'água
- caminho
- curva 05

Fonte: Baseado no levantamento topográfico de Carlos Roberto de Souza Dias para o Programa de Saneamento Bela Ilha, 19 de Dezembro de 2008. Atualizado em 2014.

Levantamento Topográfico
Escala : 1/2000

PRAIA DA
FIGUEIRA

FIGURA 13: MAPA DE USO DO SOLO - PRAIA DA FIGUEIRA

2.2.3 Praia Vermelha

A Praia Vermelha se encontra entre a Praia da Figueira e a Praia Mansa, fora dos limites de proteção integral do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). É acessível por terra desde a Praia Mansa, por trilha com duração de cerca de 20 minutos a pé, e por mar. Possui 25 habitantes, 8 residências tradicionais de moradores, 3 casas de turistas, 2 casas de farinha em atividade e 4 ranchos de pesca. Há bastante vegetação entre as casas, com cultivos de mandioca em torno das casas no lado sul da praia e nos morros adjacentes. A comunidade tem produção de farinha de mandioca, pela qual é conhecida no arquipélago e a família que produz vende para restaurantes no município.

A área é dividida entre as famílias caiçaras, localizadas ao sul, e dois proprietários que possuem segundas residências, ao norte, fator que leva a uma situação de conflito entre a comunidade e os proprietários. Após a compra do terreno, os novos proprietários demoliram todas as casas de caiçaras e construíram novas habitações em alvenaria no canto sul da praia. Na Praia Vermelha se localizou um dos mais típicos exemplares de arquitetura vernacular caiçara, que já não existe mais (figura 29). O rio da Praia Vermelha, que deságua no canto sul da praia, possui grande aporte de água e é utilizado para navegação com pequenas embarcações a remo e para extração de alimentos e recursos vegetais.

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 14: Canoas e rancho de pesca na praia Vermelha

Fonte: Associação Elementos da Natureza
Figura 15: Casa de farinha na Praia Vermelha

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)
Figura 16: Caminhos de servidão na Praia Vermelha

Localização

Convenções Topográficas

- APP 30m
- curso d'água
- caminho
- curva 05

Fonte: Baseado no levantamento topográfico de Carlos Roberto de Souza Dias para o Programa de Saneamento Bela Ilha. 19 de Dezembro de 2008. Atualizado em 2014.

Levantamento Topográfico
Escala : 1/2000

PRAIA
VERMELHA

FIGURA 17: MAPA DE USO DO SOLO - PRAIA VERMELHA

2.2.4 Praia Mansa

Localizada fora do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), é a comunidade mais próxima ao sul da Praia de Castelhanos, a partir de onde pode ser acessada por uma trilha que leva cerca de 20 minutos para ser percorrida a pé ou por mar. Possui 40 moradores, 12 residências de caiçaras tradicionais, um rancho de pesca comunitário, uma câmara fria onde os pescadores fabricam gelo e armazenam peixe, uma escola municipal de Ensino Fundamental I, uma igreja evangélica, um parquinho com brinquedos infantis e uma estação de tratamento de esgoto. Não há casas de turistas. A vila caiçara ocupa partes da área da praia, da planície e do morro. A praia possui pequena extensão (cerca de 50 metros) e é praticamente toda ocupada com embarcações, redes de pesca e materiais de trabalho. Parte da praia é utilizada para atividades de educação física e recreação da escola. No canto sul da praia deságua a cachoeira da Praia Mansa, formando área alagada que antigamente era usada para cultivo.

Árvores frutíferas e remanescentes de espécies cultivadas são encontradas por toda a comunidade. Nas áreas mais planas, local usado para cultivo no passado, a cobertura vegetal é caracterizada por espécies da Mata Atlântica em estágio de regeneração, consorciada com espécies de cultivo e faixas de vegetação degradada (NOGARA, 2005), onde é possível encontrar pequenas áreas de roça de mandioca, açaí, pupunha e algumas hortas.

A Praia Mansa tem uma característica diferente das demais comunidades ao redor, uma vez que todas as pessoas que habitam a comunidade são da mesma família, sendo a maior parte irmãos, o que promove no local grande harmonia entre os moradores. Diversos moradores são membros da diretoria da Associação de Moradores e Pescadores da Baía de Castelhanos (AMOR Castelhanos) e participaram de sua fundação. Como resultado dessa organização social, a comunidade já recebeu diversos projetos sociais e de infraestrutura. A câmara frigorífica foi doada pela Fundação Salvador Arena em parceria com a Prefeitura Municipal de Ilhabela. O Projeto Bela Ilha, de implantação de saneamento básico, foi realizado por meio de parceria entre a Prefeitura Municipal de Ilhabela e uma empresa do setor privado, que implantou em 2007 um sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto, sendo, portanto, a única

comunidade da Baía dos Castelhanos que possui rede de abastecimento e esgotamento sanitário. A Praia Mansa é também local de encontro dos moradores da Baía dos Castelhanos, devido à escola e à igreja evangélica. A escola atende, além das crianças da comunidade, moradores do Saco do Sombrio, Praia da Figueira, Praia Vermelha, Praia de Castelhanos.

Fonte: Associação Elementos da Natureza

Figura 18: Praia, rancho de pesca e canoas na Praia Mansa

Fonte: Associação Elementos da Natureza

Figura 19: Rancho de pesca e canoas na Praia Mansa

FIGURA 20: MAPA DE USO DO SOLO - PRAIA MANSÁ

2.2.5 Canto da Lagoa

A vila caiçara do Canto da Lagoa está localizada no canto sul da praia dos Castelhanos e se encontra fora dos limites do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). O acesso é realizado por mar e pela Estrada Perequê-Castelhanos, estrada de terra com 18 km de extensão que permite tráfego de veículos motorizados. Na comunidade há 72 habitantes caiçaras tradicionais, 27 casas¹³, 4 ranchos de pesca, 1 restaurante, 1 peixaria, 1 hospedagem e 1 venda, todos de famílias caiçaras, 1 casa de farinha e 1 escola municipal de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, que funciona na casa de uma moradora da comunidade alugada para a prefeitura. A maioria das casas da vila está localizada na planície e algumas estão nos morros próximos.

A praia dos Castelhanos recebe diariamente um grande número de turistas que visitam a Cachoeira do Gato, localizada no Canto do Ribeirão, ficam na praia e consomem nos restaurantes locais. É a única praia que possui estruturas de hospedagem para turistas. Na área mais próxima à vila caiçara, é intenso o uso pelo turismo e o uso da praia é compartilhado entre os caiçaras, que trabalham nas redes em frente à vila, e os turistas, que ficam nos restaurantes localizados a norte da vila¹⁴. Conflitos fundiários intensos caracterizam o local, por exemplo, a existência de casas de veraneio em lotes irregulares pertencentes ao loteamento Vila Reale, proposto anteriormente à criação do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). Também há conflitos entre esses proprietários e donos de bares que são netos de caiçaras tradicionais, nasceram na cidade e retornaram para o local onde vivia a família para lutar pelo direito de posse.

As casas de veraneio na praia dos Castelhanos são cercadas e os lotes bem delimitados, criando espaços segregados que se diferenciam da vila caiçara e da forma de ocupação do espaço que ali se desenvolve.

O Canto da Lagoa é uma comunidade central na Baía dos Castelhanos, aonde chegam e de onde partem para a cidade os moradores que se deslocam pela estrada, onde ocorrem encontros na venda e no restaurante, onde

¹³ As duas famílias de caiçaras que residem no meio da Praia dos Castelhanos foram consideradas na comunidade do Canto da Lagoa.

¹⁴ Nessa área existem 2 campings, 4 restaurantes/bares e 4 casas de veraneio (AMOR Castelhanos, não publicado).

promovem-se jogos de futebol ao finais de semana, onde ficam os telefones públicos e postos de trabalho relacionados a atividades turísticas.

Fonte: Pirró, 2008

Figura 21: Vegetação entre as casas, quintais e caminhos no Canto da Lagoa

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 22: Uso da área da comunidade compartilhado por moradores e veículos motorizados no Canto da Lagoa.

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 23: Comércio de famílias caiçaras no Canto da Lagoa

2.2.6 Canto do Ribeirão

Localiza-se no canto norte da Praia dos Castelhanos, fora dos limites do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). Pode ser acessado por mar e pela Estrada Parque Perequê – Castelhanos, que chega na praia em frente à vila do Canto do Ribeirão. O local atrai muitos turistas que visitam a Cachoeira do Gato, que chegam em jipes ou lanchas. A população é de 33 habitantes, existem 12 casas de moradores caiçaras organizadas em dois núcleos familiares e 9 casas de turistas, todas construídas no morro, assim como a escola municipal de Ensino Fundamental I. Na pequena área de planície arenosa ficam os 2 bares e 2 ranchos de pesca da comunidade.

O uso da praia é compartilhado por pescadores, que utilizam os ranchos de pesca e as áreas sob as copas das árvores para trabalhar, por turistas, que desembarcam na praia e se direcionam à trilha para a cachoeira ou ficam no restaurante, e por jipes, que estacionam na praia para aguardar os turistas. O espaço é reduzido, causando conflitos de uso.

Ao redor das casas, a cobertura vegetal é degradada, marcada por solo exposto de terrenos limpos constantemente, intercalados com árvores frutíferas e pequenos cultivos. No passado, esse território foi intensamente cultivado com plantações de cana, que abasteciam o engenho de aguardente, extensos bananais e cultivos diversos, que eram comercializados pelos barcos a vapor (PIRRÓ, 2004). De acordo com (BENDAZZOLI, 2014) foram identificados 4 sítios arqueológicos próximos à comunidade do canto do Ribeirão: Engenho da Estrada de Castelhanos, Engenho Velho de Castelhanos, Engenho Novo de Castelhanos e Cemitério Antigo de Castelhanos, todos do tipo sítio colonial.

Fonte: Associação Elementos da Natureza (acervo)
Figura 25: Casas de caiçaras na comunidade do Canto do Ribeirão

Fonte: Pirró, 2008
Figura 26: Restaurante e canoas na praia do Canto do Ribeirão

FIGURA 27: MAPA DE USO DO SOLO - CANTO DO RIBEIRÃO

3 HABITAÇÃO NA BAÍA DOS CASTELHANOS

Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda acepção do termo. Vista intimamente, a mais humilde moradia não é bela?

Gaston Bachelard

3.1 Arquitetura Vernacular

A habitação produzida por povos tradicionais é expressão de sua cultura construtiva e representa, de acordo com Fathy (1980), as formas de construção que se desenvolvem a partir da imaginação do povo e das necessidades da zona rural. Assim, a tradição na arquitetura vai se constituindo ao longo de gerações que buscam soluções construtivas, fazendo com que homens, habitações e natureza se integrem. Ainda segundo o autor, *“Depois de vários séculos, uma arquitetura tradicional já teria se acomodado ao meio ambiente natural, tanto em termos visuais como funcionais.”* De acordo com Lemos (1999), foi desta forma que

cada região e cada povo foi, ao longo do tempo, criando a sua arquitetura plenamente apta para atender às imposições de ordem cultural e a resguardar os indivíduos principalmente dos desfavores do clima, mediante procedimentos que os estudos contemporâneos sobre a ecologia explicam como emanados de uma sábia orquestração de relações entre os elementos da natureza envoltória e os elementos do saber. (LEMOS, 1999: 21)

Nas comunidades tradicionais, o saber local está profundamente relacionado com as particularidades do ambiente no qual habitam e resulta numa utilização equilibrada dos recursos naturais do lugar. Na arquitetura vernacular, as técnicas e os programas evoluíram juntos. O saber fazer aperfeiçoou-se a partir do domínio dos recursos do ambiente e atendendo às solicitações da sociedade que, das casas, sempre esperou mais do que somente abrigo do clima ou dos inimigos (LEMOS, 1999).

Rapoport (2003), colocou que, para além do clima, da possibilidade de encontrar certos materiais e do nível técnico de um determinado povo, o fator que

por fim define a forma da habitação é a visão que este povo tem da vida ideal. Para o autor, as crenças religiosas, as estruturas familiares, o modo de se ganhar a vida e as relações sociais entre os indivíduos influenciam no ambiente construído, por isso as soluções existentes são muito mais variadas do que as necessidades biológicas.

A arquitetura vernacular das comunidades de caiçaras tradicionais do arquipélago de Ilhabela é uma das manifestações da relação de conhecimento e dependência dos ciclos da natureza que caracterizam esses povos. Baseada na utilização de recursos naturais da mata atlântica, trabalhados de acordo com o saber fazer local, essa arquitetura vernácula corresponde ao conceito apresentado por Lemos (1999), tendo permanecido, após sua formação, por muito tempo alheia à influência de culturas externas. Conforme apontado pelo autor e também por Cândido (2010), os exemplares dessa arquitetura popular, ao contrário da arquitetura das construções destinadas às camadas dominantes, não foram objeto de registros históricos e disso decorre a dificuldade de estudá-las. Para tanto, Saia (2005) sugeriu o uso de exemplares atuais restantes.

O arquipélago de Ilhabela possui um conjunto remanescente de residências construídas com a técnica de taipa de mão, que é testemunha de um programa da habitação que pouco mudou ao longo de séculos. Sobre o programa, condicionador do partido arquitetônico, citou Lemos (1999):

Percebemos de imediato que o ponto de partida do programa residencial é praticamente o mesmo em qualquer região do mundo e em qualquer época, porque abrange as ocupações usuais de qualquer família ou grupo familiar: comer, dormir, ocupar-se das lidas domésticas, relacionar-se com os vizinhos, etc. (LE MOS, 1999: 19)

Interessa, de acordo com o autor, saber como esse programa é satisfeito a partir das condições e disponibilidades locais em determinada época. O programa irá condicionar o partido arquitetônico das residências, que será também determinado por outros fatores, os quais deve-se conhecer se quiser compreendê-lo. São relacionados especialmente ao clima, mas também aos materiais disponíveis, sistemas técnico-construtivos, localização, características socioculturais e determinantes legais (LE MOS, 1978).

Para entender a arquitetura produzida atualmente nas comunidades da Baía dos Castelhanos, devemos observar o contexto no qual esses aspectos estão inseridos e se relacionam, as mudanças e dinâmicas que foram incorporadas ao longo dos anos e os motivos que influenciam a dinâmica de construção atual. Isso porque, conforme nos ensina Lemos, os edifícios construídos são espaços definidos que abrigam atividades em constante mutação e, portanto, produzem continentes sólidos e estáticos (pedra, cal, concreto armado) que abrigam conteúdos inconstantes, alterados de acordo com usos, costumes, comportamentos e necessidades da sociedade:

Ao contrario dos líquidos, o programa é um conteúdo que, aos poucos, se nega a assumir a forma do continente. Este é que deve se adequar a ele; daí as inevitáveis reformas, os aumentos, os puxados, até a fatal inadequação e abandono da construção. (LE MOS, 1999: 18)

3.2 A morada tradicional caiçara

As habitações caiçaras eram construídas tradicionalmente com paredes de pau a pique barreadas, telhados baixos de palha, piso de terra batida e estrutura em madeira, encontrando suas referências na cultura caipira paulista, cuja origem remonta à miscigenação entre índios e brancos colonizadores (CÂNDIDO, 2010). Durante o período de colonização portuguesa, a construção de casas de engenho e igrejas utilizando alvenaria de pedra e cal e a introdução das telhas de barro produzidas por escravos possibilitaram que o caiçara aprendesse o ofício e adotasse esses elementos em sua moradia, produzindo a variação da casa caiçara com coberturas de telhas cerâmicas e beirais largos, utilizados em conjunto com fundações de pedras e assoalho de madeira. A arquitetura então desenvolvida apresenta características de ambas as culturas, representadas pelos telhados de palha e estruturas de pau a pique, legado indígena, com posterior introdução das telhas de barro e adequação da técnica de taipa de mão, trazida da Europa, às condições e costumes locais, mestiçagem que resultou na arquitetura paulista dos primeiros séculos de colonização (SAIA, 2005).

Fonte: Projeto Bela Ilha

Figura 28: Casa tradicional caiçara na Ilha da Vitória construída em taipa de mão com telhado de capim-sapé (*Imperata brasiliensis*)

Fonte: Noffs, 2007

Figura 29: Casa antiga na Praia Vermelha com assoalho de madeira e cobertura de telhas de barro.

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)

Figura 30: Casa do Sr. Francelíseo na Praia Mansa com fundações de pedra, piso elevado e telhas de barro (demolida), 2006.

Em algumas casas foram mantidas as estruturas de pedras, sobre as quais se constróem novas habitações no decorrer do tempo. Em relação os assoalhos de madeira, o último de que se tem registro na Baía dos Castelhanos pertencia a uma casa da Praia Mansa, demolida em 2007 para dar lugar a uma nova casa de alvenaria (figura 62).

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)

Figura 31: Casa sobre estrutura de pedras no Canto da Lagoa, em 2007

Fonte: Mantchev, 2010

Figura 32: A mesma casa reformada, em 2010.

Com relação ao programa da habitação, muitas das moradias localizadas nas comunidades tradicionais de Ilhabela, sobretudo as localizadas nas ilhas de Vitória e dos Búzios, apresentam um único cômodo, onde dormem o casal e os filhos e onde ficam também fogão e pia. Em variação a essa planta aparecem casas de dois cômodos, sendo um de repouso e outro de serviço, no qual cozinham, reúnem-se para as refeições e fazem artesanato nos dias de chuva. Os programas europeus trouxeram o hábito da privacidade, separando áreas de serviço, íntimas e sociais. Nas casas de famílias com melhores condições financeiras, separaram-se inclusive os dormitórios de casais e filhos. São raras as

casas na Baía dos Castelhanos de um único cômodo, pelo contrário, mais frequente é o acréscimo de muitos cômodos ao longo dos anos.

Os depósitos de materiais estão, em sua maioria, dentro das casas e o rancho de pesca complementa esse espaço, pois é lá que grande parte dos petrechos de pesca fica guardada. Aparecem as zonas de serviços cobertas e anexas às casas, conforme se verá adiante. Posteriormente, os banheiros foram incorporados às residências. As casas são compartimentadas, com pouca superposição de funções, conforme se observou no exemplar que foi uma das residências mais antigas da Baía dos Castelhanos, localizada na Praia Mansa, à qual tivemos acesso para realizar o levantamento arquitetônico antes de sua demolição¹⁵. A entrada principal se dava pela sala, a partir de onde eram acessados os três dormitórios, que formavam o bloco da frente. O bloco central era composto de um dormitório e uma área de serviço e depósito, este com vedação em madeira e paredes internas em taipa de mão. O bloco ao fundo, único ainda coberto com telhas do período colonial à época do levantamento, era onde ficava a cozinha. Há proporcionalidade entre as áreas de serviços, social e íntima.

Fonte: Projeto Bela Ilha
Figura 33: Casa tradicional na Praia Mansa. Construída em taipa de mão e coberta com telhas cerâmicas.

¹⁵ Registrada em 2006, foi demolida a pedido do morador e reconstruída pela Prefeitura Municipal de Ilhabela em 2007, em alvenaria.

Fonte: Projeto Bela Ilha

Figura 34: Casa tradicional na Praia Mansa. Construída em taipa de mão e coberta com telhas cerâmicas.

Fonte: elaborado a partir de levantamento arquitetônico do Projeto Bela Ilha

Figura 35: Planta de casa na Praia Mansa, com proporcionalidade entre as áreas de serviços, social e íntima.

Variações a este tipo de planta são encontradas sobretudo nas moradias mais novas, como apresentado no exemplo a seguir, que representa um modelo comum. Nessa residência há dois cômodos, ficando a superposição de funções por conta do cômodo que funciona como cozinha/sala, onde são feitas as refeições. A área de serviço é externa.

Legenda: ■ - Área Social ■ - Área Íntima ■ - Área de Serviços

Fonte: elaborado a partir de levantamento arquitetônico do Projeto Bela Ilha
 Figura 36: Planta de casa no Saco do Sombrio com área de serviço externa.

É importante considerar que uma parte da zona de serviços está fora da residência. São as atividades realizadas no entorno da casa, nos tanques e bacias para lavagem de louças, nos tendás e nos cursos d'água, onde se realizam as tarefas de limpeza do pescado para alimentação da família, a lavagem de roupas e a higiene pessoal. Esse fato encontra paralelo na descrição das casas rurais paulistanas, onde, dada a ausência de água encanada, a zona de serviços pedia ligações mais amplas com o exterior, tão amplas que a lavagem de louças e outras funções de limpeza eram feitas às margens dos rios, nos próprios lavadouros de roupas (LEMOS, 1978).

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)
 Figura 37: Tendá da casa da Dona Dita, na Ilha da Vitória. Utilizado para lavar louças pequenas e principalmente para secar louças. Conhecido em outras regiões do Brasil como jirau.

Ainda sobre as casas paulistanas, Lemos (1978) descreve a existência de um telheiro próximo às portas das cozinhas, utilizado para lavagens, que depois encostou-se na parede dos fundos e virou um alpendre, onde ficou para sempre. Com a função de abrigar da chuva quem ali trabalha, representa a área molhada da casa, onde a água escorre no chão, junto aos detritos e onde as galinhas vinham ciscar (LEMOS, 1978). Ainda hoje é assim que acontece nas comunidades caiçaras ilhabelenses. A casa apresentada a seguir está localizada na Praia Mansa e foi construída há cerca de 30 anos. Nela observa-se a área de serviço sob o prolongo do telhado.

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)

Figura 38: Área de serviço externa em casa na Praia Mansa

Fonte: elaborado a partir de levantamento arquitetônico do Projeto Bela Ilha

Figura 39: Planta de casa na Praia Mansa com área de serviço externa

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)

Figura 40: Área de serviço externa em casa na comunidade do Canto do Ribeirão.

Em média as casas em taipa de mão na Baía dos Castelhanos possuem área de $51\text{m}^2/\text{domicílio}$ e $15,77\text{m}^2/\text{habitante}$. A média de habitantes/domicílio é de $2,76^{16}$.

A) Processos de construção

Com relação às técnicas construtivas utilizadas na habitação, são de legado indígena as coberturas de palha e as estruturas de pau a pique. Novaes (1983) apontou que as construções em comunidades indígenas são realizadas *“com paus fincados no chão, convergindo para o centro, formando um único plano curvo”*. Posteriormente, nessas mesmas comunidades, surgiu a variação em que a cobertura é separada da estrutura das paredes, incorporada basicamente por dois fatores: a sedentarização do indígena, ocorrida pela perda de território e consequentes perda de mobilidade e seminomadismo, que trouxeram a necessidade de casas mais duráveis que as tradicionais, e a situação de domínio pelo colonizador, em que ocorreu a incorporação de padrões estéticos e sociais (NOVAES, 1983). Aracy Lopes da Silva (NOVAES, 1983) registrou a construção de casas de pau a pique em uma aldeia Xavante, da família linguística Jê:

¹⁶ As áreas foram calculadas a partir das plantas de 35 casas, obtidas do levantamento arquitetônico realizado para o Projeto Bela Ilha, e cruzadas com o número de habitantes obtido em diagnóstico para a Associação de Moradores e Pescadores da Baía de Castelhanos (AMOR Castelhanos).

Do trabalho da construção participam homens e mulheres. Eles fazem convergir a estaca para o centro, servindo-se de uma vara feito gancho (...). Pronta essa primeira parte, são providenciadas taquaras, que, cortadas ao meio são dispostas horizontalmente sobre a madeira e atadas com cipós. Sobre essa armação é que serão colocadas, pelas mulheres, as folhas de palmeira, que constituem a cobertura da casa. (Novaes, 1983: 37)

Fonte: Novaes, 1983.

Figura 41: Técnica de pau a pique utilizada em habitações indígenas.

Os caiçaras utilizam madeiras fincadas na vertical em uma base de apoio, e bambus, amarrados na horizontal, dos quais sabem exatamente os melhores períodos de extração da mata, além de conhecerem bem os locais e as técnicas de manejo dos recursos. As madeiras para a estrutura e o pau a pique são escolhidas e retiradas da mata pelo dono da casa e parentes, que as transportam até o local da construção. Nas entrevistas realizadas com moradores da Baía de Castelhanos foram indicadas as seguintes madeiras utilizadas para a estrutura de pau a pique: Jacatirão Laranjeira, Aracarana, Cubatão, Camutuba, Arai, Gará Cipó e Capororoca-ucú. A amarração das peças é feita com linhas de pesca dobradas em duas ou três partes para ficar mais resistente.

Fonte: Projeto Morada de Barro (acervo)

Figura 42: Estrutura de pau a pique em casa caiçara na Ilha da Vitória

Figura 43: Estrutura de pau a pique em casa caiçara na Praia Mansa

Após a confecção da estrutura da casa, a cobertura é construída. Na Baía dos Castelhanos não há mais nenhum exemplar de cobertura de palha, atualmente as moradias são cobertas predominantemente por telhas de fibrocimento e também com telhas de barro. A madeira pode ser comprada na cidade, em Ilhabela ou São Sebastião, e transportada de barco ou jipe ou, ainda, retirada da floresta no entorno das comunidades, sendo uma das mais utilizadas para cobertura a palmeira Pati (*Syagrus bothyophora*)¹⁷. Outra opção recorrente é o reaproveitamento de materiais provenientes de casas mais antigas, conforme relatou morador da Praia Mansa, Marcelino de Souza, a respeito da estrutura da cobertura de sua casa, feita com Pati e telhas coloniais, recuperadas da antiga casa do seu avô, onde possivelmente haviam sido reutilizadas das antigas sedes dos engenhos. Em diversas casas, as portas e janelas também são reaproveitadas de antigas construções.

De acordo com Cali (2003), em estudo arqueológico realizado no Sítio Pacuíba, na porção a norte da Ilhabela de São Sebastião, foram encontradas telhas em superfície e abaixo do solo. São do tipo capa e canal, produzidas nas fazendas e engenhos que possuíam olaria, ou adquiridas no comércio da região. Moldadas por escravos e trabalhadores livres, apresentam marcações feitas a mão que identificavam seu produtor, possibilitando assim o controle do desempenho dos produtores (Cali, 2003).

¹⁷ Palmeira nativa da Mata Atlântica, possui tronco fibroso com parte exterior muito resistente. Usada para fazer estruturas de telhados e para as paredes de taipa durante o período colonial.

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 44: Estrutura de cobertura feita com ripas de palmeira Pati na Praia Mansa.

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 45: Troncos de Pati cortados para uso. Praia Mansa.

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)

Fonte: Cali, 2003

Figura 46: Telhas do período colonial com marcação de produção por escravos. Canto da Lagoa, 2014.

Figura 47: Ilustração de estudo arqueológico

A escolha do material depende da renda e das condições de transporte que a família tem à disposição. Willems (2003), registrou na década de 1950 que algumas casas eram feitas com madeiramento e telhas comprados nas cidades próximas e seu transporte era difícil, portanto tinham valor comercial e eram mais proveitosos se vendidos separadamente. Já as casas mais simples, construídas com madeira local e telhados de sapé geralmente eram vendidas inteiras.

Uma vez pronta a cobertura, a casa pode receber o barreado. O colonizador ibérico, ao chegar ao Brasil, trouxe consigo a técnica de recobrimento das armações de pau a pique com massa de terra e areia, que foi rapidamente incorporada à arquitetura local, difundindo o uso da taipa de mão, exemplo daquilo que Lemos (1999) classificou como sincretismos decorrentes do encontro da arquitetura indígena com as condições ibéricas.

Os caiçaras conhecem diversos tipos de terra. São experientes na extração, mistura e resultados de sua aplicação. Porém, o principal fator de escolha do material é a proximidade do local de extração, buscando facilitar o transporte. O barro é geralmente extraído do próprio terreno onde a casa está

sendo construída, então a massa é preparada. Primeiro, mistura-se a terra com areia e água e a massa é amassada com os pés. Então a aplicação é feita, jogam a massa com as mãos, podendo ficar uma pessoa do lado de fora e outra do lado de dentro. As paredes são deixadas em repouso para secar e, se for necessário, nova camada de barro pode ser aplicada no dia seguinte.

Fonte: Projeto Morada de Barro (acervo)
Figura 48: Mutirão na comunidade da Praia Mansa. Terra e areia são extraídas e misturadas. Acrescenta-se água e se amassa com os pés. Barreamento feito por moradores e vizinhos.

As casas construídas com o material terra podem receber reboco como acabamento, revestimento importante na manutenção da qualidade das paredes, pois ajuda a protegê-las contra a umidade e tampa as frestas onde se alojam insetos, eventualmente transmissores de doenças. A presença de insetos gerou a associação da técnica a condições de insalubridade, porém, o revestimento com reboco e pintura aplicados adequadamente e com manutenção periódica, minimizam esse problema (MANTCHEV, 2010). Nos anos de 2009 e 2012, as comunidades da Baía dos Castelhanos receberam projeto para capacitação dos moradores na técnica de reboco com terra e areia, sem utilização de cimento¹⁸, técnica mais adequada para aplicação em casas de taipa, uma vez que o cimento impede a troca de ar da parede de barro com o ambiente, ocasionando descolamento. É, também, mais acessível, pois não requer a compra nem o transporte de cimento até as comunidades. Esse tipo de reboco não era utilizado pelos caiçaras locais, mas foi bem aceito e tem sido utilizado desde então (AEN, não publicado).

Fonte: Projeto Morada de Barro, 2010. (arquivo pessoal)

Fonte: Ligia Perissinoto Martins, 2015. (arquivo pessoal)

Figura 49: Casa no Canto da Lagoa em pau a pique aparente. 2012.

Figura 50: Mesma casa rebocada e com pintura de cal em 2015. A cobertura de telhas cerâmicas foi substituída por fibrocimento. A estrutura de palmeira Pati foi substituída.

¹⁸ Projeto Morada de Barro, realizado pela Associação Elementos da Natureza. O projeto fez parte da pesquisa de post-master em arquitetura de terra de Alain Mantchev, realizada no laboratório CRAterre da Universidade Nacional de Arquitetura de Grenoble – ENSAG/França.

Fonte: Mantchev, 2010
pessoal)

Fonte: Ligia Perissinoto Martins, 2015. (acervo

Figuras 51: Casa na Praia Mansa com pau a pique aparente em 2010
Figuras 52: Mesma casa rebocada e com pintura em 2015

Fonte: Projeto Morada de Barro (acervo)

Figuras 53 e 54: Casas na Praia Mansa com reboco de terra e areia

A técnica da taipa de mão é conhecida por todos os caiçaras, desde a infância, quando o conhecimento é transmitido entre gerações. Mantchev registrou o depoimento de Sr. Maneco, morador da Praia Vermelha: *“Eu aprendi a construir com meu pai, que aprendeu com seu pai. É muito melhor trabalhar com a terra ... Eu nasci em uma casa de barro”* (MANTCHEV, 2010). A transmissão de conhecimentos se dá de forma oral e prática durante a construção de casas em sistema de mutirão, forma de construção tradicional dos caiçaras.

As sociedades caiçaras se constituíram na base da solidariedade grupal e da cooperação (DIEGUES, 1999) e é dessa forma que tradicionalmente constroem suas moradias, contando com a participação de parentes e vizinhos da

família em diversas etapas da construção. O mutirão é prática presente entre comunidades tradicionais e marca as relações de trabalho e vizinhança, conforme Cândido (2010, p. 81), a respeito das sociedades caipiras: *“Na sociedade caipira a sua manifestação mais importante é o mutirão, cuja origem tem sido objeto de discussões. Qualquer que ela seja, todavia, é pratica tradicional”*, onde *“geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho”* (CÂNDIDO, 2010: 81). O autor discute o caráter de rapidez do trabalho efetuado pelo mutirão, o que, diz, pode ser devido à urgência requerida em muitos casos, quando os vizinhos são afastados de suas atividades cotidianas para trabalhar no mutirão ou, ainda, à instabilidade das relações de trabalho e moradia.

A impressão de duração, baseada na solidez das habitações europeias, falta aqui de todo, mas em verdade, não deixando de ser adequada ao clima; o morador, cuja residência não tem estabilidade, não precisa de teto duradouro. (Candido, 2010: 46. Spix e Martius, Viagem pelo Brasil)

Novaes (1983) também ressaltou essa característica em estudos sobre povos indígenas, apontando que devido à sua origem seminômade, as técnicas construtivas serviam a habitações de rápida execução e que não demandavam muita durabilidade.

Nas comunidades da Baía dos Castelhanos, a construção das moradas de taipa de mão leva, de forma geral, um tempo relativamente curto: entre 10 e 15 dias, considerando desde a retirada de madeira e bambu no entorno até a fase de barreamento. Nas comunidades tradicionais pesquisadas, a casa é considerada pronta para ser habitada assim que as condições mínimas de abrigo estão garantidas, mesmo que após essa etapa sejam ainda realizados acabamentos na superfície, pisos e banheiros ou que ela tenha alguns cômodos acrescentados no decorrer dos anos (MARTINS; MANTCHEV, 2013). Assim, a casa tradicional caiçara é construída com o mínimo necessário de material, em parte retirado do ambiente no entorno e em parte reutilizado de casas mais antigas, e com poucos recursos financeiros.

Nas últimas décadas, os caiçaras vêm encontrando grandes dificuldades em construir adequadamente sua moradia, seja por questões legais relacionadas

à restrição de uso de recursos naturais, seja pela escassez dos mesmos, aliadas à perda do conhecimento entre os mais jovens, que consideram mais práticas as construções em alvenaria.

A qualidade e a durabilidade das paredes de taipa de mão dependem, em grande medida, da proteção conferida pelo telhado, que deve ter beirais adequados, e das fundações, que protegem as paredes das chuvas e da umidade do solo. Ainda hoje é de conhecimento dos caiçaras de mais idade que “*o segredo é fazer o alicerce*”, como nos contou o morador da Praia Mansa, Marcelino de Souza. No entanto, esses elementos já não são mais aplicados na maior parte das casas. Para construir a estrutura de suas habitações, os caiçaras utilizam tradicionalmente madeiras existentes na região¹⁹ e são conhecedores empíricos de técnicas de carpintaria para produção de inúmeros artefatos e elementos construtivos. Os recursos madeireiros sempre foram de grande importância para os caiçaras na confecção de artefatos relacionados à pesca, à produção de farinha de mandioca e à construção civil. A madeira utilizada pelos moradores mais antigos era retirada na floresta, eram madeiras muito resistentes, como a Canela Preta, que “*aparelhavam com enxó, mas a moçada não vai buscar*”, de acordo com Marcelino de Souza. Conforme apontou Mantchev (2010), em conversa com o mesmo morador em fevereiro de 2010, esse relatou que até o início do século XX, a madeira extraída das florestas era trabalhada para se obter uma seção quadrada, utilizada em pilares e vigas. Com a proibição do uso dos recursos madeireiros, iniciada em 1965 pelo Código Florestal e reforçada pela criação da Unidade de Conservação, a utilização dessas madeiras se tornou atividade ilegal.

Assim, quem vai construir recorre às madeiras mais próximas das vilas, as “*madeiras do mato*”, mas essas não são de boa qualidade para construção e duram muito pouco. Ocorreu, com o tempo, a perda de conhecimento local e hoje os jovens não conhecem os nomes de madeiras que utilizam nas construções, conforme entrevista com um morador de 18 anos, que, ao ser indagado a

¹⁹ Nas entrevistas com moradores das comunidades da Praia Mansa e do Canto da Lagoa, apresentou-se o levantamento de recursos madeireiros realizado na Ilha da Vitória para o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela (PMPEIb, não publicado) e validou-se sua utilização em Castelhanos. Foram mencionados alguns nomes a mais, sendo o conjunto total: Orelha de Onça, Tatu, Canela Preta, Urucurana, Jacatirão, Tabucuba, Araribá, Patieiro, Ingá, Caturana, Bacubixaba, Peloteira, Ipê, Guaranã e Aracaça.

respeito, relatou que *“vão andando e procurando até encontrar as madeiras, os mais velhos que sabem os nomes”*. Sabem, porém, que a durabilidade é baixa e com cerca de 5 a 7 anos já consideram as casas antigas. Conversou-se com um jovem morador que disse que em breve iria reformar sua casa, pois já estava bem antiga e as madeiras haviam apodrecido. Em 2010, a pesquisadora participou da construção dessa mesma casa, que, portanto, tinha 5 anos de existência. Ele fez referência ao uso de venenos nas madeiras para evitar bichos, mas não possuem o hábito de utilizá-los, ou recursos para tal. O madeiramento utilizado na estrutura dos telhados também é de baixa qualidade e apodrece rápido ou é comprado nas cidades, quando a economia de recursos prevalece, produzindo beirais mínimos, que aceleram a deterioração das paredes.

Fonte: Associação Elementos da Natureza (acervo)

Figuras 55 e 56: Casa no Canto da Lagoa sem estrutura adequada, com a parede de taipa em contato direto com o solo e beirais pequenos.

Assim, as casas mais recentes possuem um ciclo de vida muito curto e algumas são bastante precárias, causando a associação das casas de pau a pique à ideia de habitações temporárias. A insatisfação com as casas de pau a pique, quando acontece, está relacionada com a baixa qualidade da estrutura de madeira (Associação Elementos da Natureza, não publicado). Quando alguns moradores foram indagados sobre o que gostariam de melhorar em suas casas, as respostas são sempre relacionadas à estrutura de madeira e paredes.

3.3 As novas moradas

Como alternativa em busca de habitações com maior durabilidade, aparecem as casas de alvenaria. O surgimento desse tipo de construção nas comunidades da Baía dos Castelhanos se deu inicialmente com as casas de turistas e os restaurantes. Uma das primeiras edificações construídas pelos próprios caiçaras em alvenaria, segundo moradores, foi um bar de propriedade de família caiçara na comunidade do Canto da Lagoa, que inicialmente era de barro e foi reformado. Em seguida, moradores começaram a usar a técnica em suas casas e atualmente 38% das casas na Baía dos Castelhanos é construída dessa forma.

Encontramos nas comunidades da Baía dos Castelhanos diferentes tipos de casas de alvenaria. Há um conjunto de casas onde as coberturas são feitas com telhas de barro e beirais amplos, há presença de acabamento nos pisos e paredes. Estas são casas de famílias que disponibilizam maior renda para uso na construção.

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 57: Casas no Canto da Lagoa com telhas cerâmicas, acabamento nos pisos e aberturas amplas.

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)

Figura 58: Casa no Canto da Lagoa com telhas cerâmicas e beiral amplo.

Já um outro conjunto de casas apresenta condições mais simples. Utilizam telhas de fibrocimento, beirais curtos ou inexistentes, geralmente não possuem acabamento nos pisos e paredes e as aberturas são pequenas. Assim como nas casas de barro, nestas casas de alvenaria é mantida a prática de usar elementos temporários e parte das casas também é feita de maneira inadequada, apresentando ausência de elementos construtivos importantes – beirais, fundações, acabamentos, repetindo algumas das falhas encontradas nas casas de taipa de mão atuais. O morador Ondino, do Canto do Ribeirão, construiu nova casa com tijolos cerâmicos e utilizou madeira local de baixa qualidade nos pilares da varanda e nos relatou que pretende substituí-los por madeira tratada, a ser comprada no futuro.

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)

Figura 59: Casa no Canto do Ribeirão com estrutura temporária de madeira na varanda, sem beiral na lateral.

As casas de alvenaria pesquisadas possuem em média mais dormitórios do que as casas de taipa: apresentam predominantemente 2 ou 3 dormitórios, sendo que entre as casas de taipa de mão são comuns as que possuem apenas 1. São construídas com sanitários internos, conforme observa-se nos exemplos a seguir, nos quais nota-se que as salas onde se realizam as refeições são separadas das cozinhas, havendo pouca ou nenhuma superposição de funções. Algumas das plantas remetem às escolhas de projeto encontradas nas casas de taipa, mesmo que o material permita alguns ajustes diferentes da construção barro. Nas casas de alvenaria a área média dos domicílios é de 58m²/domicílio e 14,70m²/habitante. A média de habitantes/domicílio é de 3,64.

Fonte: elaborado a partir de levantamento arquitetônico do Projeto Bela Ilha

Figura 60: Planta de casa em alvenaria na Praia da Figueira. Interessante notar que a planta é similar às encontradas nas casas antigas de taipa, conforme a que foi apresentada na figura 35. Esta casa pertence a um morador antigo.

Fonte: elaborado a partir de levantamento arquitetônico do Projeto Bela Ilha

Figura 61: Planta de casa em alvenaria no Saco do Sombrio.

No ano de 2007, a Prefeitura Municipal de Ilhabela reconstruiu em alvenaria a casa de taipa de mão de um antigo morador da Praia Mansa, que estava em estado bastante precário e oferecia risco aos habitantes (esta casa foi apresentada no item 3.2, figuras 30, 33, 34 e 35). No entanto, mesmo com essa iniciativa, que poderia ser um incentivo, a comunidade é a que mantém, proporcionalmente, o maior número de casas de taipa de mão. Essa casa possui telhado de barro, beirais e fundação adequada, o que não é regra nas casas de alvenaria, conforme apresentado acima.

Fonte: Mantchev, 2010

Figura 62: Casa de alvenaria construída pela Prefeitura Municipal de Ilhabela na Praia Mansa, em substituição à casa antiga, de taipa de mão.

O conjunto das habitações que observamos hoje nas comunidades caiçaras da Baía dos Castelhanos é resultante do processo de miscigenação entre a arquitetura vernacular caiçara, que utiliza recursos naturais e saber fazer local, com uma arquitetura de referências urbanas, que utiliza materiais industrializados e técnicas construtivas antes desconhecidas pelos caiçaras. Ambas se mesclam, resultando em um conjunto de residências com características híbridas, em que estão presentes casas de taipa de mão e de alvenaria que alternam o uso de coberturas de fibrocimento e telhas de barro e que utilizam diversas possibilidades de estruturas, fundações e acabamentos.

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 63: Casa com cobertura em fibrocimento, paredes de pau a pique revestido e estrutura de madeira comprada na cidade construída com apoio do Projeto Morada de Barro e da Prefeitura de Ilhabela. Praia Mansa.

Fonte: Alain Mantchev (acervo pessoal)

Figura 64: Casa com cobertura em fibrocimento, paredes de pau a pique aparente e estrutura de blocos de concreto. Canto do Ribeirão.

A) Processos de construção

As casas de alvenaria são construídas com materiais adquiridos na área urbana de Ilhabela, são: blocos de concreto, tijolos cerâmicos, cimento, cal, telhas de fibrocimento, portas, janelas, madeiras e outros itens, cujo transporte é realizado por carretos pela Estrada Perequê - Castelhanos²⁰, uma vez que a opção de transporte por mar não é boa, pois exige embarcações que suportam peso maior do que aquele para o qual as embarcações locais estão preparadas e, em alguns casos, perde-se material que cai na água. Há relatos na Baía dos Castelhanos de uma embarcação que afundou com todo o material que transportava. O desembarque na praia também é apontado como um problema pelos moradores, pois o material é pesado e precisa ser transportado até o local da construção, muitas vezes nas partes mais altas dos morros, motivo pelo qual os proprietários combinam com irmãos, tios e sobrinhos esquemas de transporte utilizando carrinhos de mão, trabalho que pode ser pago dependendo da quantidade a ser transportada. Os carretos, quando possível, deixam o material o mais próximo possível das obras, conforme nos informou o morador do Canto da Ribeirão Ondino de Moraes, que reformou recentemente sua casa, substituindo a taipa de mão por alvenaria: *“No mar perde tijolo, é complicado, tem que desembarcar...”*.

Na Baía dos Castelhanos há apenas um morador que sabe construir paredes de tijolos, assentar pisos e fazer acabamentos e presta serviços para outras pessoas da comunidade. Há também um jovem que aprende com pedreiros da cidade de Ilhabela. Os moradores caiçaras que pretendem construir contratam pedreiros²¹, geralmente primos ou amigos de moradores locais, que passam alguns dias na comunidade trabalhando, e o contratante deve oferecer alimentação e local de estadia durante o período da obra. Dessa forma, todos os recursos financeiros utilizados na construção em alvenaria são direcionados para fora da comunidade, sem reverter nenhum benefício para o local (MANTCHEV, 2010). Ouvem-se reclamações sobre o tempo que levam as construções,

²⁰ Em maio de 2015 o valor do frete estava entre R\$150,00 e 200,00 por viagem.

²¹ Em levantamento realizado em maio de 2015, o valor da diária desses profissionais girava em torno de R\$120,00.

consideradas demoradas, uma vez que, por restrições de renda dos contratantes, os pedreiros trabalham sozinhos.

Os moradores vão construindo aos poucos, conforme a renda da família permite. Em alguns casos, a família continua morando na casa de taipa por bastante tempo enquanto constrói aos poucos a nova casa, permanecendo na casa antiga até que algum fato acelere a mudança. Irineu de Souza, morador do Canto da Lagoa, nos relatou que, apesar de sua casa nova estar pronta havia bastante tempo, a família só mudou *“no dia que ela [casa de taipa] caiu”*. Uma chuva forte fez com que as paredes da casa cedessem e nessa noite a família foi para a casa nova, porém ele continuou na casa de taipa, onde ficou a noite inteira. Em outros casos mudam-se imediatamente e vão fazendo piso, reboco, pintura e novos cômodos já vivendo na casa, como é o caso de um jovem morador que, trabalhando com turismo em duas temporadas seguidas construiu e se mudou para a uma casa ainda inacabada. Há casos em que utilizam as duas casas ao mesmo tempo, a antiga e a nova.

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)

Figura 65: Casas de uma família no Canto do Ribeirão: casa de taipa de mão, onde a família fica durante o dia e a casa de alvenaria, sem acabamento, onde passam as noites.

De acordo com as entrevistas realizadas na Baía dos Castelhanos as casas de alvenaria são reconhecidas pelos caiçaras do local como solução duradoura que vem para substituir o caráter temporário das habitações de pau a pique e são também tidas como opção mais prática, como nos relataram alguns

jovens e adultos, que preferem construir com blocos, pois, *“pau a pique dá muito trabalho”*.

Quando indagados sobre qual tipo de casa preferem, a resposta parece difícil: todos se referiram ao fato de a casa nova (de alvenaria) ser maior e citaram que a casa de pau a pique faz parte da cultura local, conforme ensinaram os jovens Roberto Costa, morador da Praia da Figueira: *“Fiz de taipa porque eu ‘tô aqui, né?”* e Fernando de Souza, morador do Canto da Lagoa: *“Taipa é mais da cultura.”* Irineu de Souza, morador do Canto da Lagoa, lembrou as propriedades acústicas do material barro: *“A casa de pau a pique é mais silenciosa, na de bloco você fica ouvindo o barulho do mar”*.

3.4 Condições de saneamento básico

O presente item pretende mostrar as condições de saneamento básico dos domicílios localizados nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos Castelhanos. Para isso, são considerados aspectos de esgotamento sanitário, existência de sanitários e abastecimento de água. As informações foram extraídas do diagnóstico “BELA ILHA: Relatório Socioambiental das Comunidades Tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela-SP: Impactos do Projeto de saneamento ambiental nas comunidades tradicionais contempladas” (PIRRÓ, 2008), elaborado em 2008 a fim de subsidiar o programa de implantação de saneamento básico nas comunidades de Ilhabela. Todas as casas de caiçaras existentes naquele ano foram pesquisadas, totalizando 60 domicílios.

As informações foram complementadas a partir da análise de 35 plantas obtidas do levantamento arquitetônico realizado pelo mesmo programa entre os anos de 2006 e 2009. Devido às possibilidades de entrevistas durante a pesquisa e ao difícil acesso à área, não foi possível complementar e atualizar o levantamento arquitetônico, tampouco o diagnóstico de saneamento básico, o que teria possibilitado pesquisar todos os domicílios Baía dos Castelhanos. Assim, considerando que a população e as casas do local são homogêneas, utilizamos amostra representativa, não probabilística.

Considerou-se importante, ao apresentar as condições de saneamento básico da Baía dos Castelhanos, realizar comparações com recorte de

localização em relação ao Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), uma vez que a situação fundiária e o conjunto normativo de ordenamento territorial incidentes nas comunidades localizadas dentro dos limites do Parque Estadual de Ilhabela e fora do mesmo são diferentes (conforme apresentado no item 1.4 desta pesquisa) e, portanto, as condições de acesso a serviços de saneamento poderiam ser diferenciadas. Do total de 80 domicílios existentes na Baía dos Castelhanos em 2015, 21 estão localizados dentro dos limites do Parque Estadual de Ilhabela, nas comunidades do Saco do Sombrio e Praia da Figueira, e 59 estão localizados no entorno do parque, nas comunidades da Praia Vermelha, Praia Mansa, Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão.

Outro aspecto considerado importante para realização das análises é a tipologia da habitação. A habitação tradicional caiçara, construída com a técnica de pau a pique, vem gradativamente sendo substituída por construções de alvenaria na maior parte das comunidades. Os impactos dessa alteração na cultura construtiva ainda não são conhecidos, seja do ponto de vista da qualidade da habitação, da organização social ou do meio ambiente. Optou-se, então, por comparar ambas as tipologias, a fim de entender se há alguma melhora ou piora nas condições de saneamento básico quando há mudança de tipo de habitação. Os dados de tipologia foram pesquisados por meio de observação direta em campo e registro fotográfico, em pesquisa que abrangeu todos os domicílios da Baía dos Castelhanos, entre janeiro de 2014 e maio de 2015. Para classificar a tipologia das habitações utilizamos como critério o material predominante na construção principal, sem considerar sanitários e anexos.

Tabela 4. Comunidades, população, número de domicílios e unidades pesquisadas, por localização em relação ao Parque Estadual de Ilhabela

Localização	Comunidade	População 1	Número de domicílios 1	Unidades Pesquisadas		
				Levantamento Arquitetônico 2	Diagnóstico de Saneamento Básico 3	Número de moradores e tipologias habitacionais 1
Interior do Parque Estadual de Ilhabela (Peib)	Saco do Sombrio	32	12	12	7	12
	Praia da Figueira	30	9	6	6	9
	Total interior Peib	62	21	18	13	21
Entorno do Parque Estadual de Ilhabela (Peib)	Praia Vermelha	25	8	0	8	8
	Praia Mansa	40	12	9	9	12
	Canto da Lagoa	72	27	0	21	27
	Canto do Ribeirão	33	12	8	9	12
	Total entorno Peib	170	59	17	47	59
	Total Baía dos Castelhanos	232	80	35	60	80

Fonte: 1 – Levantamentos de campo 2014/2015; 2 – Programa Bela Ilha; 3 – Pirró, 2008.

Inicialmente, será apresentada a caracterização do conjunto de domicílios da Baía dos Castelhanos. Em seguida, as características com comparação, a partir da inserção ou não nos limites do Parque Estadual de Ilhabela e, por fim, as características por tipologias habitacionais predominantes no território de estudo.

A) Caracterização Baía dos Castelhanos

O diagnóstico realizado em 2008 contou 53 sanitários na Baía dos Castelhanos, das 60 moradias pesquisadas. Além de não haver atendimento universal em saneamento básico, parte dos sanitários está em condições precárias de uso, sem vedação adequada, com paredes de pau a pique deterioradas ou com vazamentos na tubulação de esgoto. Os sanitários existentes estavam ligados a fossas nas seguintes proporções: 28 possuíam fossas sépticas e 25 possuíam fossas rudimentares, o que chama atenção para a precariedade do esgotamento sanitário no local. Os dejetos provenientes de pias, chuveiros e tanques são despejados em cursos d'água, valas na mata, buracos de pedra ou mesmo diretamente nos terrenos ao lado das casas.

Na Praia Mansa e na Praia Vermelha, melhorias no saneamento básico foram realizadas por agentes externos e, portanto, nessas comunidades, os índices de acesso ao tratamento de água e esgoto são melhores do que a média: na Praia Mansa todos os domicílios pesquisados em 2008 possuíam sanitários e estavam ligados à rede de tratamento de efluentes, sendo essa a única rede existente na baía dos Castelhanos. Em 2014, a comunidade contava com 12 domicílios, sendo que nos novos foram construídos sanitários e foi feita ligação à rede existente.

Nessa comunidade foi implantado, em 2007, um sistema de coleta e tratamento de esgoto, por meio de parceria entre a Prefeitura Municipal de Ilhabela e uma empresa da iniciativa privada, como parte do projeto de saneamento ambiental nas comunidades tradicionais de Ilhabela. O sistema é composto de rede coletora, uma fossa séptica e um filtro anaeróbico comuns a todas as casas, a partir de onde o efluente segue para valas de infiltração no solo. Foi construído com recursos privados e doado à prefeitura municipal de Ilhabela, que é responsável pela gestão do mesmo, o que requer cuidados específicos

para retirada de lodo dos filtros e barcos adequados ao transporte. No entanto, registramos em pesquisas de campo relatos de moradores apontando para o fato de a manutenção adequada não ser realizada com frequência e a situação de esgotamento sanitário se alternar entre satisfatória e precária. Nota-se que a tecnologia adotada para o projeto não é compatível com a realidade local das comunidades tradicionais, tampouco com a capacidade de gestão da administração municipal, o que indica necessidade de propostas alternativas para o saneamento básico no local. Assim, podemos considerar que os altos índices de presença de sanitários e fossas sépticas nessa comunidade não necessariamente refletem boas condições de saneamento no local.

Na Praia Vermelha há um proprietário que demoliu as antigas casas de caixaras e construiu novas casas, de alvenaria, todas com sanitários e fossas sépticas, promovendo assim a melhoria de saneamento básico no local.

Fonte: Projeto Bela Ilha

Fonte: Pirró 2008

Figuras 66 e 67: Sanitários na Praia Mansa construídos por meio de projeto de saneamento ambiental.

Fonte: Pirró, 2008

Figura 68: Despejo de água servida em vala na mata.

Figura 69: Despejo de água servida no terreno ao lado da casa.

Em relação ao abastecimento de água, a maior parte dos domicílios da Baía dos Castelhanos não conta com rede pública, sendo que as famílias instalam mangueiras de captação nas cachoeiras ou nascentes e armazenam, sem tratamento, em caixas d'água nos morros próximos às casas. As caixas podem ser individuais ou comunitárias, como é o caso da comunidade do Canto do Ribeirão, que possui caixa d'água comunitária de 5.000 litros, a partir de onde a água é distribuída para a maioria das casas de moradores caiçaras (Pirró, 2008). A água que serve os tanques externos chega direto das mangueiras, sem armazenamento. Os domicílios localizados na Praia Mansa são os únicos servidos por rede de abastecimento, implantada pelo projeto de saneamento ambiental citado acima. A água que abastece as casas é captada da cachoeira, 600 metros acima das casas e armazenada em duas caixas d'água de 5.000 litros cada, de onde segue para o sistema de tratamento com filtração e cloração e é, então, distribuída para casas, igreja e escola. O cloro é fornecido periodicamente pela administração municipal e sua aplicação é realizada por moradores.

Fonte: Associação Elementos da Natureza

Fonte: Projeto Bela Ilha

Figura 70: Mangueiras de abastecimento de água e tubulação de despejo de esgoto direto no terreno, Canto do Ribeirão

Figura 71: Sistema de armazenamento e tratamento de água, Praia Mansa.

Fonte: Pirró, 2008

Figura 72: Abastecimento de água por mangueira de borracha, Canto do Ribeirão.

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)

Figura 73: Abastecimento de água por mangueira de borracha, Canto do Ribeirão.

B) Características por localização

Ao comparar as condições de saneamento básico dos domicílios localizados no interior do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) com a daqueles localizados no entorno do parque, verificamos que, dos 47 domicílios pesquisados fora do PEIb, 43 possuíam sanitário (91%) e, no interior do parque, 10 possuíam sanitário, do total de 13 domicílios (76%). A existência de fossas sépticas também era maior entre as casas que estavam fora dos limites do Parque Estadual de Ilhabela: 25 fossas sépticas, do total de 43 casas com sanitário (58%). Nas comunidades do interior do PEIb, apenas 3 das 10 casas com sanitários declararam esse tipo de fossa (30%). Os demais domicílios utilizavam fossas rudimentares para despejo do esgoto de vasos sanitários. As condições de despejo das águas de pias e tanques não difere quando se compara as comunidades do interior e exterior do PEIb, sendo que em ambos ocorre despejo em valas na mata, cursos d'água e terrenos ao redor das casas.

O abastecimento de água, conforme relatado anteriormente, é fornecido por rede pública com tratamento somente na comunidade da Praia Mansa, que está fora dos limites do Parque Estadual de Ilhabela.

Tabela 5. Comunidades, número de domicílios pesquisados, existência de sanitário e tipo de esgotamento sanitário, por localização em relação ao Parque Estadual de Ilhabela.

Saneamento Básico - Baía dos Castelhanos					
Localização	Comunidade	Número de domicílios	Existência de Sanitário	Tipo de Esgotamento Sanitário	
				Fossa rudimentar	Fossa Séptica
Interior do Parque Estadual de Ilhabela (Peib)	Saco do Sombrio	7	5	5	0
	Praia da Figueira	6	5	2	3
	Total interior Peib	13	10	7	3
Entorno do Parque Estadual de Ilhabela (Peib)	Praia Vermelha	8	8	0	8
	Praia Mansa	9	9	0	9
	Canto da Lagoa	21	19	11	8
	Canto do Ribeirão	9	7	7	0
	Total entorno Peib	47	43	18	25
	Total Baía dos Castelhanos	60	53	25	28

Fonte: elaborado a partir de Pirró, 2008.

Observamos que no conjunto de comunidades localizadas no entorno do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) há, proporcionalmente, maior presença de sanitários e de fossas sépticas do que nas comunidades internas ao parque, onde as condições de saneamento são mais precárias. É importante destacar que parte dessa diferença se deve aos domicílios da Praia Mansa e da Praia Vermelha, localizadas no entorno do parque, que receberam projetos de saneamento, pois são as únicas que possuem 100% de domicílios com sanitários e fossas sépticas. Essas duas comunidades contribuem para os índices melhores de saneamento, mas, ainda assim, há grande precariedade nas demais comunidades que estão fora do parque.

C) Características por tipologia das habitações

O levantamento das técnicas e materiais construtivos utilizados nas habitações da Baía dos Castelhanos mostrou que, entre as 80 residências de caiçaras tradicionais, 49 utilizam a técnica de taipa de mão²² (61%) e 31 são construídas em alvenaria de tijolos cerâmicos ou blocos de concreto (38%).

²² Técnica construtiva também conhecida como pau a pique.

Tabela 6. Tipologia das habitações por comunidade na Baía dos Castelhanos.

Tipologias - Baía dos Castelhanos			
Localização	Comunidade	Taipa de mão	Alvenaria
Interior do Parque Estadual de Ilhabela (Peib)	Saco do Sombrio	7	5
	Praia da Figueira	6	3
	Total interior Peib	13	8
Entorno do Parque Estadual de Ilhabela (Peib)	Praia Vermelha	1	7
	Praia Mansa	10	2
	Canto da Lagoa	15	12
	Canto do Ribeirão	10	2
	Total entorno Peib	36	23
	Total Baía dos Castelhanos	49	31

Fonte: atualizado em campo, 2014.

Fonte: Projeto Morada de Barro (acervo)
Figura 74: Casa de taipa de mão na Praia Mansa

Fonte: Ligia Perissinoto Martins (acervo pessoal)
Figura 75: Casa de taipa de mão no Canto do Ribeirão

Fonte: Associação Elementos da Natureza (acervo)
 Figura 76: Casa de alvenaria no Canto da Lagoa

Fonte: Associação Elementos da Natureza (acervo)
 Figura 76: Casas de alvenaria no Canto da Lagoa

Assim, foram consideradas essas duas tipologias a fim de realizar comparações entre os aspectos de saneamento básico.

As condições de saneamento do conjunto de casas de alvenaria se apresentam um pouco melhores do que as condições do conjunto de casas de taipa de mão: verificamos que todas as casas de alvenaria pesquisadas em 2008 possuíam sanitário e o tipo de esgotamento sanitário mais comum era a fossa séptica: 14 fossas do total de 19 sanitários (73%). Em relação ao abastecimento

de água, 2 eram abastecidas por rede geral, instalada na Praia Mansa, e todas as outras recebiam água de mangueiras instaladas pelos moradores nos pontos de captação.

O grupo de casas de taipa de mão tinha, comparativamente, menor presença de sanitários: 34 domicílios possuíam sanitário, do total de 41 pesquisados (82%). As fossas rudimentares eram mais utilizadas: 20 unidades em 34 sanitários (58%), contra 14 fossas sépticas. O abastecimento de água é feito com mangueiras em 34 casas e por rede geral com tratamento de água em 7 casas, que receberam o projeto Bela Ilha.

As condições de despejo das águas de pias e tanques não difere quando comparadas as casas de taipa de mão e alvenaria: em todas, com exceção das casas na Praia Mansa, os moradores despejam em valas na mata, cursos d'água e terrenos ao redor das casas.

Tabela 7. Existência de sanitários e tipo de esgotamento sanitário por tipologia.

Saneamento Básico - Tipologia				
Tipologia	Número de domicílios	Existência de Sanitário	Tipo de Esgotamento Sanitário	
			Fossa rudimentar	Fossa séptica
Taipa de mão	41	34	20	14
Alvenaria	19	19	5	14
Total Baía dos Castelhanos	60	53	25	28

Fonte: elaborado a partir de Pirró, 2008.

No ano de 2015, as duas tipologias estavam representadas no interior e no entorno do PEIb em proporções equilibradas: 61,02% dos domicílios do entorno do parque eram de taipa de mão (36 casas, de 59) e, no interior do parque, 61,90% (13 casas, de 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro das tipologias habitacionais existentes nas seis comunidades da Baía dos Castelhanos mostrou que as moradias podem ser divididas em dois grupos segundo o material e a técnica construtiva empregados: casas de taipa de mão e casas de alvenaria. Os domicílios construídos com a técnica de taipa de mão são característicos da cultura construtiva tradicional caiçara, e representam a maioria nas comunidades estudadas: 61%. Já as casas de alvenaria tem menor participação nos domicílios de caiçaras tradicionais: 39%. O visível crescimento do número de casas de alvenaria suscitou alguns questionamentos, aos quais buscamos compreender a partir da análise dos processos de construção. O que determina a escolha pelo material que será usado? Quais são as vantagens e desvantagens de cada escolha? As conclusões obtidas não esgotam as respostas, pelo contrário, indicam necessidade de novas pesquisas a serem realizadas a fim de respondê-las.

O processo de construção das casas de taipa de mão é conhecido por todos os caiçaras, pois aprendem com as gerações anteriores. Quando indagados a respeito, demonstram orgulho e expressam sentimento de pertencimento ao local e à cultura caiçara. As casas são construídas em sistema de mutirão e seu tempo de construção é rápido, cerca de 10 a 15 dias, a partir de quando consideram que a casa está pronta para ser habitada. É comum que construam depois outros cômodos, varandas e banheiros.

Os materiais utilizados são recursos naturais existentes na floresta e no entorno das casas (terra, areia, bambu, madeira), e uma parte do material é reaproveitada de casas mais antigas, como madeiramento e telhas cerâmicas. Nas casas de barro mais novas os principais itens comprados nas cidades são telhas de fibrocimento e madeira para estrutura do telhado. A estrutura das casas, em geral, é feita com madeira da mata, porém restam poucos exemplares adequados para tal finalidade e a extração está proibida pela legislação. Assim, usam madeiras de baixa qualidade, encontradas próximas às vilas, o que reduz a resistência e a durabilidade da construção. Os moradores consideram que as casas de taipa de mão duram pouco e demandam muita manutenção.

Ao serem entrevistados sobre as preferências, todos fizeram menção, de diferentes formas, ao fato da casa de barro ser típica da cultura caiçara. Mesmo assim, alguns jovens não conhecem detalhes construtivos, ou os tipos de madeira, o que mostra que vem ocorrendo perda de conhecimento local. Por outro lado, há um interesse em aprender inovações nas formas de construir com terra e um desejo de conseguir fazer boas casas de taipa de mão, conforme relatada por moradores entrevistados. Foi identificado um jovem que trabalhou em obras conduzidas por arquitetos de Ilhabela e ficou muito interessado em aprimorar as práticas e adquirir ferramentas para tal. Contou que aprendeu a montar a armação de pau a pique usando bambu tratado ao invés de madeira local e fixou a armação com parafusos, usando parafusadeira de bateria ao invés da tradicional amarração com linhas de pesca. É importante ressaltar que técnicas construtivas vernaculares foram assumidas por profissionais que atuam na área de arquitetura sustentável, que as aprimoraram e desenvolveram alternativas que podem voltar às comunidades tradicionais. Por exemplo, os estudos das aplicações do material terra desenvolvidos pela Escola Nacional Superior de Arquitetura de Grenoble (MANTCHEV, 2010; FONTAINE, L., ANGER, A., 2009). O uso de recursos locais com tratamento e aplicação aprimoradas poderia impulsionar ainda geração de renda por meio de economia solidária nas comunidades, capacitando moradores para a extração dos recursos renováveis, tratamento e uso, e criando meios para que os próprios caiçaras tradicionais pudessem executar e gerar renda internamente nas comunidades, ao contrário do que ocorre hoje quando compram materiais industrializados. O acesso a novas tecnologias de construção, a materiais e a assistência técnica para capacitação depende, em grande medida, de projetos e programas de melhoria habitacional. No entanto, a inserção em políticas públicas habitacionais é dificultada pela ausência de regularização fundiária nas áreas de comunidades tradicionais caiçaras.

O resultado obtido nas casas de taipa pode variar muito. Casas mais antigas construídas por caiçaras mais experientes possuem os elementos importantes para garantir maior durabilidade: fundação adequada, estrutura em madeira de boa qualidade, telhas de barro e beirais amplos. Já as casas mais novas, sobretudo aquelas construídas por jovens ou proprietários com menor

renda, sofrem com ausência destes elementos e o resultado são casas onde as paredes de terra mostram a armação do pau a pique exposta em decorrência de chuvas e de infiltração da umidade do solo. A estrutura facilmente apodrece em contato com o solo úmido.

Ao registrar os processos de construção das casas de alvenaria, verificou-se que demandam mão de obra externa à comunidade, uma vez que os caiçaras não dominam as técnicas de construção com blocos de concreto ou tijolos cerâmicos. Foi identificado apenas um morador que sabe construir em alvenaria e presta serviços pontuais de pedreiro a outros caiçaras tradicionais. Para a maioria das obras contratam pedreiros da cidade, que são em geral conhecidos de amigos ou parentes. Os recursos financeiros despendidos pelo proprietário da obra são direcionados para fora da comunidade, não há no processo de construção em alvenaria incentivos à economia local. O material utilizado na construção é comprado no centro de Ilhabela ou em São Sebastião. Há necessidade de contratar o transporte do material, que é feito preferencialmente por caminhões pela Estrada Perequê-Castelhanos e, em alguns casos, por embarcação.

Os moradores entrevistados consideram as obras em alvenaria demoradas e relataram que as vezes os pedreiros vão para a cidade no meio do trabalho e depois retornam. Sobre este ponto é importante ressaltar que contratam apenas um profissional por motivos de orçamento, e este realiza todas as etapas da construção, o que difere da forma de construção das casas de taipa, onde mais de uma pessoa trabalha na construção e o proprietário não depende de outras pessoas para executar as etapas da obra, pois ele mesmo sabe fazer. Consideram também que as obras de casas de alvenaria dão menos trabalho do que as de taipa de mão e que a casa dura mais tempo e requer menor manutenção.

Foram observadas algumas possibilidades de transição das famílias entre a casa de taipa de mão e alvenaria: algumas passam a utilizar sua casa nova assim que a construção principal fica pronta e depois, conforme a renda permite, vão fazendo piso, acabamentos e detalhes. Outras constroem a casa nova e continuam por muito tempo morando na casa antiga, de taipa, até que possam,

aos poucos, deixar a casa de alvenaria pronta para ser habitada. Foi registrado ainda um caso em que a família utilizava as duas casas ao mesmo tempo, exercendo determinadas atividades em cada uma.

As casas de alvenaria presentes na Baía dos Castelhanos podem ser divididas em dois grupos: as casas que possuem elementos e técnicas construtivas melhor arranjados, geralmente pertencentes a famílias com maior renda, e as casas que são construídas com o mínimo de material possível. Algumas casas de alvenaria possuem elementos considerados temporários pelos moradores, como madeiras de baixa qualidade e telhas antigas. A maior parte das casas de alvenaria é construída já prevendo sanitário e ligação a algum tipo de fossa, diferentemente do que ocorre nas casas de taipa de mão.

Observa-se que, independentemente de qual tipo de moradia for escolhido, existem grandes dificuldades a serem vencidas durante a construção de uma casa. Os caiçaras da Baía dos Castelhanos detêm o conhecimento para construir casas de taipa de mão e a maior parte dos materiais está disponível, porém, seu uso não é regulamentado. A proibição somada à escassez de recursos madeireiros fortalecem o desejo de construir com alvenaria, fundado na percepção de ser menos trabalhoso e resultar em casas mais duradouras. Porém, quando a alternativa é alvenaria, há dificuldade de transportar o material e de contratar mão de obra, que vem de outros locais e demanda hospedagem e alimentação, gerando custo extra. Algumas famílias possuem renda para comprar todo o material necessário, para pagar carretos ou possuem embarcações próprias, porém, a maior parte não possui renda suficiente e constrói casas inacabadas.

Além dessas dificuldades, as casas de alvenaria fogem às diretrizes contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela (Lei 421/2006), que determina que a requalificação das moradias caiçaras existentes sigam o partido arquitetônico das construções tradicionais e que as novas construções sigam o “*partido arquitetônico caiçara com moradias no padrão de habitações rústicas unifamíliares.*” (PDDSA, art. 30º). O Plano coloca, dentre as diretrizes do Sub-programa de Promoção Socioambiental para as Comunidades Tradicionais, a restauração da moradia caiçara e a melhora da

qualidade das casas investindo no modelo construtivo tradicional (Art. 39º). Não há, em nenhuma esfera administrativa, a implementação de programas de melhoria habitacional voltados às comunidades tradicionais de Ilhabela, portanto, não são fornecidos meios para que possam continuar exercendo sua forma tradicional de construir, conforme orienta a legislação municipal.

Já para as comunidades localizadas no interior do Parque Estadual de Ilhabela, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC - Lei 9985/2000), determina que:

“até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais. (Art. 28, Parágrafo único – grifo nosso).

E ainda indica que

Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações. (Art. 32, 2º-parágrafo – grifo nosso)

A norma que rege a construção e reforma no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral (portaria normativa Nº 138/2010, da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente) não menciona a questão das tipologias e partidos arquitetônicos. Determina que nas moradias “*não podem ser utilizados materiais oriundos dos recursos naturais protegidos da Unidade*” e exige a apresentação de documentos de comprovação de propriedade ou posse da terra e projeto de arquitetura da construção ou reforma para solicitar autorização junto ao órgão gestor da Unidade de Conservação. Desta forma, ao se considerar a realidade local das comunidades em questão, descrita nesse trabalho, pode-se

entender que a construção de habitações por caiçaras tradicionais está inviabilizada na prática, uma vez que não são fornecidos meios para satisfação das necessidades habitacionais, ou mesmo assistência técnica profissional que viabilize a apresentação da documentação de projeto relacionada acima.

A questão pode ser avaliada segundo a perspectiva da qualidade habitacional que, de acordo com Pasternak (2007), considera indicadores de propriedade, acesso a infraestrutura, densidade, qualidade da moradia e superfície construída. Além destes, a autora propõe como indicadores adicionais: áreas livres, infraestrutura social, escolas, comércio, lazer e cultura, apontando que *“as necessidades habitacionais não se mensuram apenas por dados quantitativos, são diferentes para os diversos setores sociais e variam e se transformam historicamente.”* (PASTERNAK 2007: 233).

Ao avaliar especificamente as condições de infraestrutura de saneamento básico, verificaram-se condições precárias: na Baía dos Castelhanos 88% dos domicílios possui sanitário, 52,83% utiliza fossa séptica e 85% dos domicílios são abastecidos por mangueiras instaladas por moradores nas cachoeiras e nascentes, sem tratamento da água que é consumida. O Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela (Lei 421/2006) especificou em sua estratégia de estruturação urbana o dever de: *“V) garantir o acesso aos serviços de educação, saúde, saneamento básico nas áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais.”* (Art. 6º). E determinou que, nas zonas onde estão as comunidades tradicionais (Zonas de Interesse Específico - ZIE), deve-se: *“f) implantar infraestrutura sanitária adequada, saneamento e gerenciamento de resíduos sólidos;”* (Art. 38).

Em apenas uma das comunidades estudadas houve ações promovidas em parceria com o poder público neste sentido, após a vigência do referido plano diretor. Nesta comunidade, Praia Mansa, foi implantado em 2007 um sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, por meio de parceria entre a Prefeitura Municipal de Ilhabela e uma empresa da privada. No entanto, a tecnologia adotada para o projeto não é compatível com a realidade local das comunidades tradicionais e tampouco com a capacidade de gestão da administração municipal, o que indica necessidade de propostas alternativas para

o saneamento básico no local. A Praia Mansa não está inserida no Parque Estadual de Ilhabela. Nas comunidades inseridas no parque não existem programas de saneamento.

Ao se comparar a estrutura de ocupação das vilas atuais com descrições encontradas na literatura, observa-se que pouco mudou: as condições de infraestrutura logística, de energia e de comunicação são muito parecidas com as de décadas atrás e apresentam precariedade; a irregularidade das propriedades não foi resolvida. Houve melhorias em relação à presença de escolas, porém, ainda continuam sem equipamentos de saúde ou centros comunitários multiuso. Observamos nas comunidades analisadas que as mudanças ocorrem mais nas casas - âmbito privado -, onde a família tem autonomia de acordo com sua renda, do que no território, que está sob domínio de forças externas.

A partir das análises realizadas, foi possível identificar algumas questões relevantes para o planejamento de ações voltadas à melhoria das condições de moradia na Baía dos Castelhanos e que, possivelmente, sejam aplicáveis a outras comunidades do arquipélago. Essas questões podem ser organizadas, para fins de apresentação, em três tópicos:

- Necessidade de aprimoramento das técnicas construtivas com utilização de recursos ambientalmente, economicamente e socialmente viáveis.
- Necessidade de implementação de programas de saneamento ambiental com uso de tecnologias apropriadas.
- Necessidade de regularização fundiária nas comunidades a fim de viabilizar o acesso da população local a programas habitacionais.

Outro ponto relevante que deve ser mencionado é a participação da comunidade no desenvolvimento de soluções locais, a fim de propor ações que possam ser continuadas pelos próprios moradores e apropriadas ao local onde serão implementadas. Pirró (2010) realizou pesquisa a respeito da participação das comunidades caiçaras de Ilhabela na gestão do arquipélago e apontou que

Os sujeitos das comunidades tradicionais não se sentem parte dos projetos e programas desenvolvidos nos lugares onde moram, uma vez que não são envolvidos nos processos de levantamento

de dados e planejamento, bem como não têm informação e conhecimento suficiente para reivindicarem seus direitos. (Pirró, 2010: 122)

A autora indica também que

Os trabalhos de mobilização e apropriação do conhecimento junto aos povos tradicionais representam uma forma de reconhecimento e inserção das populações já no início do processo de planejamento e elaboração de políticas. (Pirró, 2010: 124)

Rapoport (2003) realizou estudo sobre intervenções de habitação e infraestrutura em aldeias no norte da África e em tribos aborígenes australianas, e apontou que mudanças importantes, quando realizadas muito rapidamente sem tempo para a comunidade se adaptar, fazem com que os moradores sintam-se sem controle e acarretam consequências negativas. O autor sugere uma mudança mais lenta, o que chama de “adaptação criativa”, que envolve a adoção de inovações e sua adaptação ao sistema cultural.

A adaptação é interessante à medida que permite conciliar o uso de materiais disponíveis localmente e técnicas conhecidas pela comunidade, sobre as quais têm autonomia para realizar a construção e a manutenção, contribuindo também para o continuum das práticas tradicionais, ao passo que pode solucionar problemas relativos a materiais não existentes no local, que são trazidos de outros locais, melhorando a qualidade da habitação (Carvalho e Chaves, 2010).

Quando as comunidades são inseridas nos processos de planejamento, projeto e construção, são valorizados os aspectos positivos das construções tradicionais e incorporados aspectos técnicos da arquitetura contemporânea, atendendo ao que Rapoport (2003) chamou de adaptação criativa. Estes processos promovem elevação da qualidade de vida e de habitação, uma vez que a construção destas moradias é em si um processo de capacitação que possibilita a reaplicação após a intervenção do poder público (Carrinho e Silveira, 2010).

É importante que estas ações sejam priorizadas pelas administrações públicas, pois o que observamos é que o conhecimento e a inteligência das construções caiçaras perdem-se com o passar dos anos, e as formas da moradia

vão se assemelhando a assentamentos precários urbanos. O mesmo processo ocorre em outras comunidades caiçaras, conforme Zuquim (2002) registrou em Paraty (RJ): *“O modelo da cultura construtiva encontrada nas periferias das cidades começa a tornar-se mais frequente nesses lugares, distanciando-se cada vez mais da cultura construtiva caiçara tradicional.”* (p. 160).

A mestiçagem entre a arquitetura tradicional e o conhecimento tecnológico e científico pode indicar um caminho em direção à sustentabilidade das moradias caiçaras nas áreas estudadas. De acordo com Cunha (2009), um projeto de sustentabilidade exige que se coloque em novos termos a relação entre tradição e modernidade, sendo que ambas estão conectadas e em permanente movimento. A autora postula que a incorporação de experiências modernas, redefinidas, que possam potencializar a tradição por meio de tecnologias apropriadas levaria a uma reconstrução do novo, com elementos fundados na tradição.

Por fim, acredita-se que novas pesquisas sobre conforto ambiental do edifício, adaptação da arquitetura ao clima e paisagem locais, impacto ambiental, cultura tradicional e transformações em curso, entre outras, poderão indicar resultados complementares aos apresentados nesta pesquisa e contribuir para o alcance da necessária visão sistêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 1, 2000.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. Tradução de Antônio Pádua Danesi. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 242 p.
- BARRETO, J. N. *Implantação de infraestrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- BENDAZZOLI, C. *O panorama da ocupação sambaqueira no arquipélago de Ilhabela, SP*. Tese de doutorado – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- BRASIL, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. *Déficit Habitacional no Brasil 2007*. Brasília, 2009.
- CALI, P. *Projeto Arqueológico de Ilhabela: Sítio Arqueológico Engenho Pacuíba I*. Ilhabela: Editora Asseart, 2003.
- CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010. 334p.
- CARNEIRO, M. J. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA da SILVA, F.C.; SANTOS, R. e COSTA, L.F.C. (Orgs.) *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Editora Campus /Pronex, 1998.
- CARVALHO, B. M., CHAVES, C. *Intervenções habitacionais em comunidades tradicionais: o caso de grupos indígenas e quilombolas no Estado do Pará*. In: Si CWB 3º Seminário Internacional de Curitiba – Ateliês de Projeto Urbano. Curitiba: Universidade Positivo, 2010.
- CUNHA, L. H. O Universo Costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: Editora UFPR, n. 20, pp. 59-67, jul./dez. 2009.
- DIEGUES, A. C. S. (Org.) *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Editora Hucitec/Nupaub-CEC/USP, 2004. Vol. 1. 382p.
- DIEGUES, A. C. S. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo, Hucitec, 1998, 272p.

DIEGUES, A. C. S. ; NOGARA, P. J.L. *O nosso lugar virou parque: estudo socioambiental do Saco do Mamangá – Paraty, Rio de Janeiro*. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 1999. 187p.

DIEGUES, A. C. S.; VIANNA, L. P (Orgs.). *Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação em mata atlântica*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo, 1995.

FATHY, H. *Construindo com o Povo: arquitetura para os pobres*. Tradução de M. C. Santoro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

FONTAINE, L.; ANGER, A. “*Bâtir en terre, du grainde sable a l’architecture*”. Grenoble: Éditions Belin/Cité des sciences et de l’industrie, 2009.

FRANÇA, A. *A ilha de São Sebastião: um estudo de geografia humana*. Departamento de Geografia FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1951.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de estatística e informações. *Déficit Habitacional municipal no Brasil*. Belo Horizonte: 2013.

FURLAN, S. A. *Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental*. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.) *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Editora Hucitec/Nupaub-CEC/USP, 2004. Vol. 1. 382p.

GALDINO, C. Casas de mãos e barro: a arquitetura caiçara de São Sebastião. *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Etnicidades, ano 23, n. 32, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resultados Universo do Censo Demográfico 2010*.

INSTITUTO PÓLIS. *Diagnóstico Urbano Socioambiental – Município De Ilhabela. Relatório No 6*. São Paulo: Instituto Pólis, mar./2013, 413p.

LEMOS, C. A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEMOS, C. A. C. *Cozinhas e Etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MALDONADO, W. A construção material e simbólica da canoa caiçara em Ilhabela/SP. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.) *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Editora Hucitec/Nupaub-CEC/USP, 2004. Vol. 1. 382p.

MANTCHEV, A. B. “*Quel habitat en terre pour demain sur Ilhabela, Brésil? Un regard sur l’habitat traditionnel caiçara culture constructive – habitat – paysage*”.

Grenoble: École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (ENSAG-CRATERRE), 2010.

MANTCHEV, A. B.; MARTINS, L. P. T. *Relatório do Projeto Morada de Barro 2012*. Associação Elementos da Natureza, não publicado.

MARTINS, L. P. T.; MANTCHEV, A. B. *Morada de Barro: continuum da cultura construtiva tradicional caiçara em Ilhabela, SP*. In: 13º Seminário Iberoamericano de Arquitetura e Construção em Terra (Siacot), 2013, Valparaíso. Resumos...Valparaíso: PUC Chile, 2013, p.99.

MORAES, M. B. R. de. *Contribuições à Implementação das Áreas de Proteção Ambiental Federais: o Enfoque da Gestão*. Tese de doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NOFFS, P. da S. *A disputa pela hegemonia do espaço na Baía dos Castelhanos*. Tese de doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NOGARA, P. J. (Coord.) *Subsídios para o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela: inserção das comunidades tradicionais caiçaras*. São Paulo: Instituto Florestal/KFW, 2005.

NOVAES, S. C. (Org.) *Habitações indígenas*. São Paulo: Editora Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

PASTERNAK, S. *Loteamentos irregulares no município de São Paulo: uma avaliação espacial urbanística*. In: Planejamento e Políticas Públicas. São Paulo, 2010. pp. 173-212.

PASTERNAK, S. *Análise comparativa da questão da habitação nas metrópoles*. In As metrópoles e a questão social brasileira. Orgs., Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz & Junior, Orlando Alves dos Santos . Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

PIRRÓ, M. S. de A. *Práticas de pesquisa de campo com comunidades tradicionais: contribuições para a gestão participativa do Arquipélago de Ilhabela, SP*. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PIRRÓ, M. S. de A. *BELA ILHA: Relatório Socioambiental das Comunidades Tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela-SP - Impactos do Projeto de saneamento ambiental nas comunidades tradicionais contempladas*. Ilhabela, 2008.

PIRRÓ, M. S. de A. *A Baía dos Castelhanos e seus lugares: um olhar para o lugar*. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

PROJETO BELA ILHA. *Levantamento topográfico e arquitetônico das habitações nas comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela*, não publicado.

RAPOPORT, A. *Cultura, arquitectura e diseño*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 2003.

SAIA, L. *Morada Paulista*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SÃO PAULO (Estado), SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. *Zoneamento Ecológico-Econômico – Litoral Norte de São Paulo*. São Paulo: SMA/CPLEA, 2005.

SÃO PAULO (Estado), SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, Fundação Florestal. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar*. São Paulo: SMA, 2008.

SILVA, C. G. T. *Conceitos e preconceitos relativos às construções em terra crua*. Dissertação de mestrado. 2000. Faculdade de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

STADEN, H., séc.16. *Hans Staden: primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes*. Tradução de Angel Bojadsen. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999. 116p.

WILLEMS, E.; MUSSOLINI, G. (Colab.). *Ilha de Buzios: Uma Comunidade Caiçara no Sul do Brasil*. Tradução de Ana Maria Pontifex. São Paulo, Hucitec;Nupaub/CEC, 2003.185p.

ZANIN, N. Z. *Abrigo na Natureza: Construção Mbyá-Guarani, sustentabilidade e intervenções externas*. 2006. Dissertação de mestrado. Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

Legislação

BRASIL. Decreto Nacional nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

BRASIL. Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

ILHABELA. Lei nº 421/2006, de 05 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Ilhabela.

ILHABELA. Lei nº 185/2003, de 20 de maio de 2003. Delimita a área urbana e de expansão urbana de Ilhabela.

ILHABELA. Lei nº 98 de 1980. Dispõe sobre o patrimônio turístico, a proteção ambiental e o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Ilhabela.

SÃO PAULO (Estado), SECERETARIA DE CULTURA. Resolução no 40 de 1985 do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Tombamento da área da Serra do Mar e de Paranapiacaba no Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado), SECERETARIA DE MEIO AMBIENTE. Portaria normativa nº 138, de 12 de julho de 2010 da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Estabelece os critérios e procedimentos técnicos e administrativos que deverão ser observados na análise das solicitações de autorizações para reformas, construções e instalação de energia elétrica necessárias à subsistência de pequenos produtores rurais e populações tradicionais ocupantes de áreas inseridas em unidade de conservação de proteção integral

SÃO PAULO (Estado), SECERETARIA DE MEIO AMBIENTE. Resolução 029 de 2010. Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências.

SÃO PAULO (Estado), SECERETARIA DE MEIO AMBIENTE. Decreto 49.215 de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, prevê usos e atividades para as diferentes zonas, estabelece diretrizes, metas ambientais e sócio-econômicas e dá outras providências, nos termos estabelecidos pela Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998.

SÃO PAULO (Estado), SECERETARIA DE MEIO AMBIENTE. Decreto 9.414 de 20 de janeiro de 1977. Cria o Parque Estadual de Ilhabela e dá providências correlatas.